

Líderes mantêm votações durante período eleitoral

Decisões continuarão ocorrendo às terças, quartas e quintas-feiras nos meses de agosto e setembro. Senadores ouvidos pelo *Jornal do Senado* mostram que, devido às

eleições para prefeito, a agenda fica mais cheia mesmo sem serem candidatos, pois muitos participam das campanhas e intensificam o contato com suas bases.

PÁGINAS 6 E 7

Projeto traz regras para acordo jurídico entre países

PÁGINA 5

Supremo e CCJ restringem o uso de algemas

PÁGINA 4

Adição de mandioca deve baratear farinha de trigo

PÁGINA 3

Senadores elogiam início das Olimpíadas

PÁGINA 12

Justiça



JEFFERSON COPPOLA/FOLHA IMAGEM

Julgamento de Fogoio, um dos condenados pelo assassinato da missionária Dorothy Stang, em 2005, no Pará: Código de Processo Penal permite mais de 20 recursos

Proposta de novo CPP fica pronta neste ano

Para evitar que a reforma do Código de Processo Penal (CPP) continue sendo feita a conta-gotas, o Senado criou uma comissão integrada por nove especialistas que apresentará até o fim do ano anteprojeto para um novo texto legal. Mas, ainda

que haja consenso sobre a necessidade de reformar o código, não existe unanimidade sobre as mudanças mais urgentes. Uma das principais críticas ao CPP refere-se ao número de recursos – mais de 20 – que podem ser interpostos durante o processo.

PÁGINAS 8 E 9

ESPECIAL Parlamento do Mercosul
JORNAL DO SENADO

Representantes brasileiros serão eleitos por voto direto

Em 10 de maio, tomaram posse os primeiros deputados paraguaios eleitos pelo voto direto para o Parlamento do Mercosul. Agora, falta a definição do número de representantes que cada país terá direito para que Brasil, Argentina e Uruguai também possam escolher seus parlamentares no órgão. Essa é a prioridade do Brasil este ano, na opinião do senador Aloizio Mercadante. Eleição inédita no Brasil deve acontecer em outubro de 2010. Página 2

Criação da Unasul preocupa parlamentares
Comissão do Parlamento do Mercosul mantém preocupação com a estrutura de que a nova União das Nações Sul-Americanas terá órgão próprio.

Parlamento é inspirado no modelo da União Europeia
O Brasil espera que o Parlamento do Mercosul seja inspirado no modelo da União Europeia, segundo os países do Parlamento Europeu.

Processo de integração começou há três décadas
Brasil e Argentina iniciaram aproximação comercial em 1985. Paraguai e Uruguai se uniram na década seguinte para formar o Mercado Comum do Sul.

PÁGINA 2 PÁGINA 3 PÁGINA 4

Encarte mostra o Parlasul em detalhes

Esta edição do *Jornal do Senado* circula com encarte especial sobre o Parlamento do Mercosul, o Parlasul. Em 2010 os brasileiros elegerão pela primeira vez seus representantes no órgão recém-criado, a exemplo do que já fizeram os eleitores do Paraguai neste ano. Em quatro páginas, o especial mostra as origens da integração política do bloco – que reúne ainda Argentina e Uruguai –, inspirada no modelo adotado pela União Europeia.

e mais...

AGENDA

Página 2

VOZ DO LEITOR

AGORA É LEI

PERGUNTE AO SENADOR

FOTO DA SEMANA

FRASES

Página 13

cidadania

Garanta uma boa viagem ao exterior

Viajar para o exterior exige uma série de providências para garantir um passeio com segurança. As principais delas – relacionadas a visto, vacinas, compras e hospedagem – são explicadas no *Especial Cidadania* desta edição.

PÁGINA 16



COMISSÕES

Repasse sociais só com divulgação pela internet

Os repasses de recursos da União a programas sociais, como o Bolsa Família, poderão ficar condicionados à divulgação, pela internet, de informações sobre os beneficiários e os valores disponibilizados. É o que prevê substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ao PLS 17/05, de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em decisão terminativa.

A responsabilidade pela divulgação dos dados é dos estados, do Distrito Federal e dos municípios com mais de 100 mil habitantes. Nas cidades pequenas, se houver dificuldade de acesso

à internet, outros meios de divulgação podem ser adotados, conforme a realidade local. Em caso de descumprimento da norma, o projeto estabelece a interrupção do repasse dos recursos pela União.

Azeredo incorporou ao texto emenda de Cristovam Buarque (PDT-DF) determinando que, entre as informações a serem divulgadas sobre os beneficiários de programas sociais, conste o cumprimento das condições para acesso ao benefício. Azeredo destaca ainda que a medida permitirá acompanhar o efeito das exigências previstas nos programas sociais.

Projeto amplia alcance da tarifa social de energia

A lei que criou a tarifa social de energia elétrica – Lei 10.438/02 – deve ser modificada com o objetivo, entre outros, de estender o benefício a um número maior de famílias. Na semana passada, as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS) aprovaram o texto do relator, Valdir Raupp (PMDB-RR), pelo qual poderão vir a ser beneficiadas famílias de baixa renda que tenham consumo de até 220 kWh/mês. Antes de voltar para a Câmara, o projeto será votado no Plenário.

A proposta inicial (PLC 12/08) previa descontos de até 65% no valor da conta de energia

elétrica para residências com baixo consumo e não com base na renda, como estabelece o texto do relator. “Sugerimos que os descontos previstos na lei sejam concedidos unicamente em função do critério de renda, e não do consumo mensal, para evitar que consumidores de alta e média renda possam vir a usufruir dessas vantagens”, explica o senador.

Raupp observa ainda que a atual legislação enfrenta uma série de dificuldades que comprometem o alcance de seus objetivos. Uma delas é justamente o critério “impreciso” para identificação dos beneficiários.

Analfabeto teria incentivo em dinheiro para estudar

Eradicar o analfabetismo no Brasil em cinco anos é o objetivo de projeto de lei (PLS 117/06), aprovado na CCJ e apresentado pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF). A proposta recomenda à União criar o Programa Incentivo-Alfa, direcionado aos brasileiros não-alfabetizados com idade acima de 15 anos, que passarão a ter direito a um incentivo financeiro no valor de R\$ 450, reajustado a cada ano, durante o período de vigência do curso de alfabetização.

A matéria institui ainda o

Quinquênio da Alfabetização.

Também conforme o projeto, relatado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), o pagamento será efetuado ao concluinte de curso de alfabetização que demonstrar capacidade de ler e escrever, mediante carta escrita em sala de aula de curso oficializado pelo Ministério da Educação. Para habilitar-se ao recebimento do incentivo, o candidato deve cumprir, pelo menos, três meses de formação, com frequência superior a 85% das aulas.



Flávio Arns lê parecer em reunião da CAE: previsão de economia anual de US\$ 104 milhões

Farinha de trigo terá adição de mandioca

A farinha de trigo e seus derivados adquiridos pelo poder público deverão ter adição de farinha de mandioca refinada, farinha de raspa de mandioca ou fécula de mandioca. A mistura das farinhas será usada na fabricação de pães, massas e biscoitos a serem consumidos em programas sociais do governo, como o Fome Zero. É o que determina parecer de Flávio Arns (PT-PR) a projeto de lei da Câmara (PLC 22/07) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que vai a exame do Plenário.

Além de baratear os produtos finais, o presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), acredita que a mistura é uma fórmula criativa de se combater a crise dos alimentos que “vem incomo-

dando as economias mundiais”.

De acordo com o projeto do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), a proporção da mistura irá variar de 3%, no primeiro ano de vigência da lei, a 10%, a partir do terceiro ano. Atualmente, o país importa cerca de 75% da farinha de trigo que consome, e estimativas apontam que a mistura pode resultar em economia anual de US\$ 104 milhões.

Segundo Osmar Dias (PDT-PR), a proposta atende a duas necessidades: combater a dependência do Brasil em relação ao trigo, principalmente o importado da Argentina, e consolidar a cultura da mandioca em todo o país.

A CAE autorizou ainda o município de Belford Roxo (RJ) a contratar operação de crédito no

valor de US\$ 13,2 milhões para viabilizar programas de urbanização e de saneamento básico. A decisão vai a exame do Plenário.

A comissão acolheu também dois projetos que tratam da programação monetária para o segundo e o terceiro trimestres deste ano. Aprovadas pelo Banco Central, as programações fazem um balanço econômico-financeiro dos períodos e projetam índices, incluindo aí a taxa de inflação.

Pela Constituição, compete ao Senado aprovar as programações monetárias. Mas os senadores, como o presidente da Casa, Garibaldi Alves, defendem que essa obrigação seja revogada, conforme projeto (PLS 326/03) pronto para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Cristovam propõe lei de responsabilidade para a educação

Em palestra no seminário internacional *Ética e responsabilidade na educação: compromisso e resultados*, Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a criação de uma lei de responsabilidade educacional, nos moldes da Lei de Responsabilidade Fiscal, que tornaria inelegíveis dirigentes públicos que descumprissem metas educacionais fixadas pela população ou pelo governo federal.

Aprovada criação do balanço social empresarial

A CAE aprovou a instituição de um modelo oficial para o balanço social empresarial – já há empresas brasileiras que publicam balanços sociais, mas ainda não há uma padronização desse procedimento. A proposta (PLS 224/07) também cria o Selo Empresa Responsável, a ser concedido às empresas que divulgarem o balanço social empresarial. O projeto, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), foi modificado pela relatora, Serys Slhessarenko (PT-MT).

Proposta poupa dor e sofrimento de cobaias científicas

O uso de animais em pesquisa científica deve seguir critérios rigorosos, de modo a poupá-los ao máximo do sofrimento e da dor nos procedimentos em laboratórios de ensino e pesquisa, prevê projeto de lei da Câmara (PLC 93/08) aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e relatado por Inácio Arruda (PCdoB-CE). O texto cria o Conselho Nacional de Experimentação Animal (Concea), que definirá as normas relativas à utilização humanitária de animais.



Eduardo Azeredo (E) deu parecer favorável à proposta de Pedro Simon, aprovada pela Comissão de Ciência e Tecnologia

Ponto extra grátis nas TVs por assinatura

Projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que proíbe a cobrança mensal de ponto extra de TV por assinatura, quando instalado sem destinação comercial e no mesmo domicílio que o ponto principal, foi aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) na quarta-feira. O relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), recomendou a aprovação. A proposta ainda será votada, em decisão terminativa, na Comissão de Defesa do Consumidor (CMA).

O debate prévio à votação do

projeto (PLS 346/05) foi intenso. O presidente da comissão, Wellington Salgado (PMDB-MG), leu ofício da Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA) pedindo o adiamento da votação para depois do dia 21. Nessa data, será divulgado o resultado da consulta pública da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) sobre regulamentação formulada pela própria agência, que proíbe a cobrança mensal do ponto extra. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apoiou o adiamento, mas desistiu de pedir vista da proposta, uma vez que ela será

analisada pela CMA.

Simon defendeu a aprovação independentemente da regulamentação da Anatel, já que uma lei representará solução definitiva para o impasse, enquanto a regulamentação da Anatel poderia ser mudada novamente.

– A decisão do Senado é final e mais forte do que uma regulamentação – afirmou.

Wellington Salgado disse que a Anatel informou a CCT sobre a consulta pública, mas, em sua opinião, a agência só abriu o debate porque o assunto está sendo discutido no Senado.

COMISSÕES



Marco Maciel (E) comanda reunião da CCJ que se antecipou à decisão do Supremo

STF e CCJ decidem limitar uso de algema

Um dia depois de a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ter aprovado projeto que proíbe o uso de algemas no ato da prisão de suspeito ou condenado que não

oferecer resistência aos policiais e nos casos em que não haja risco de fuga do acusado ou de ameaça aos agentes públicos, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu restringir o uso do instrumento.

A decisão do STF (em súmula vinculante) deve ser obrigatoriamente seguida por todas as instâncias inferiores da Justiça. A orientação do tribunal foi encaminhada ao ministro da Justiça, Tarso Genro, ao qual está subordinada a Polícia Federal (PF), e aos secretários de Segurança Pública dos estados, superiores da Polícia Civil.

O presidente do Supremo, ministro Gilmar Mendes, disse que a idéia de estender os efeitos do julgamento não foi motivada por abusos da PF na recente Operação Satiagraha.

Na CCJ, a medida faz parte de substitutivo a projeto (PLS 185/04) de Demostenes Torres (DEM-GO). Pela proposta, as algemas só podem ser usadas nos seguintes casos: flagrante delito e transporte, condução e transferência de presos perigosos que praticaram faltas graves. Fica vedado o uso por tempo excessivo e como forma de castigo ou quando o acusado se apresentar espontaneamente à polícia.

Quando foi elaborado, em 2004, o projeto tinha como objetivo conter abusos praticados por policiais contra pessoas humildes. Hoje, a mídia mostra abusos contra suspeitos das classes mais ricas, em que são usadas algemas quando o suspeito não oferece resistência – afirmou Demostenes em defesa das medidas, desde que, segundo ele, não comprometam o trabalho dos agentes policiais.

Recriação da Sudeco vai a exame de mais duas comissões

A criação da Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco) foi aprovada pela CCJ com base em relatório da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) a projeto do Executivo. O órgão funcionará como autarquia especial, administrativa e financeiramente autônoma, vinculada ao Ministério da Integração Nacional. A antiga Sudeco (que não tinha no nome a palavra “sustentável”) foi extinta em 1990.

O projeto (PLC 119/06), que já foi aprovado na Câmara em 2006, será agora analisado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e, posteriormente, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para Lúcia Vânia, a recriação do órgão responde à “necessidade de repensar o equilíbrio regional do Brasil”. Segundo a senadora, a intenção é que um texto aprovado pelo Congresso não seja vetado pelo presidente da República.

Pela proposta, a Sudeco terá recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e do Tesouro Nacional, entre outros.



Daniel Dantas sai da PF em São Paulo na madrugada de 10 de julho, beneficiado por decisão do STF

Aprovado projeto que agiliza tramitação de processo penal

A CCJ aprovou por unanimidade projeto determinando que, em casos de condenação, as razões para recurso de apelação sejam apresentadas na instância responsável pela decisão condenatória. A proposta (PLS 98/04), do senador Demostenes Torres (DEM-GO), altera artigo do Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41) que permite aos réus apresentarem justificativa para apelação em instância superior.

Demostenes explica que a lei atual contribuiu para atrasos

na tramitação dos processos, o que aumenta a possibilidade de prescrição da pena.

A proposta recebeu voto favorável do relator, senador Almeida Lima (PMDB-SE).

Em seu parecer, o relator lembra que, quando o Código de Processo Penal foi editado, em 1941, a justificativa da apelação em tribunal superior, nas capitais, se devia à falta de advogados em cidades do interior. Atualmente, porém, há advogados suficientes no país para que o recurso seja apresentado em primeiro grau.

TERRENOS DE MARINHA - O governo enviará ao Senado projeto sobre o fim dos terrenos de marinha, previstos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O anúncio, feito pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), foi bem recebido pelos senadores Almeida Lima (PMDB-SE) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), autor e relator de proposta de emenda à Constituição (PEC 53/07) com esse objetivo que constava da pauta da Comissão de Constituição e Justiça.

DÍVIDAS ESTADUAIS - A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou requerimento de seu presidente, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), pedindo ao Tribunal de Contas da União o envio dos relatórios reservados sobre as dívidas dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro e da cidade de São Paulo, refinanciadas pela União. Quintanilha destacou que as auditorias não foram tornadas públicas.

CRE enviará carta a Obama e McCain sobre Quarta Frota

Os dois principais candidatos à Presidência dos Estados Unidos, Barack Obama e John McCain, receberão carta de “preocupação” com a decisão do presidente George W. Bush de reativar a Quarta Frota da Marinha norte-americana no Atlântico Sul. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) pretende ainda falar com os candidatos sobre o tema, antes das eleições de novembro.

O envio da carta foi sugerido pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Pedro Simon (PMDB-RS), que já conversaram sobre o tema com o embaixador

dos Estados Unidos no Brasil, Clifford Sobel. O texto será aprovado depois de audiência pública sobre o assunto com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, nesta quarta-feira.

A carta deverá mencionar a posição do Parlamento do Mercosul e do Parlamento Amazônico, contrária à reativação da Quarta Frota.

O presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), recordou que a embaixada dos Estados Unidos já convidou senadores para visitar Washington, quando poderão manifestar aos candidatos a preocupação da CRE.



Pedro Simon (E) apresentou, junto com Eduardo Suplicy, a sugestão para que a comissão converse com os candidatos

Embaixador dos Estados Unidos receberá decisões do Parlasul

Uma delegação da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) fará uma visita ao embaixador dos Estados Unidos, Clifford Sobel, para apresentar as declarações de preocupação com a reativação da Quarta Frota e de defesa da unidade do Mercosul nas negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A sugestão foi feita pelo presidente da Representação, senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Na sexta-feira, o senador João Pedro (PT-AM) protestou contra

a reativação da Quarta Frota. Ele cobrou uma resposta da embaixada dos Estados Unidos para questionamento que apresentou sobre o número de navios que compõem a frota e de médicos que participam da operação.

Qual a razão da reorganização da Quarta Frota? Não há nenhum problema na região, com exceção da crise interna que acontece há 40 anos na Colômbia – ressaltou.

João Pedro deseja mobilizar a sociedade civil para barrar “mais uma iniciativa contra povos latino-americanos”.

CAE vai discutir Rodada Doha com Celso Amorim

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, será convidado pela CAE para discutir os desdobramentos da Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio. A proposta, do senador Renato Casagrande (PSB-ES), obteve o apoio do presidente da CAE, Aloizio Mercadante.

A CAE deve conhecer os detalhes das negociações nos dez dias de debates em julho em Genebra, na Suíça, as perspectivas para o mercado internacional e a posição brasileira em relação ao tema.

Apesar de a negociação ter fracassado, o debate continua. É importante saber como o Senado poderá participar – disse Casagrande.

DIREITOS NO MERCOSUL - Brasileiros e argentinos que vivem em cidades fronteiriças poderão em breve exercer, dos dois lados da fronteira, os direitos de trabalhar, receber atendimento médico gratuito e enviar os filhos a escolas públicas. Os direitos fazem parte de acordo bilateral assinado há três anos, que recebeu parecer favorável na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

NAVEGAÇÃO MERCANTE - O Acordo Trilateral sobre Navegação Mercante, firmado pelos governos de Índia, Brasil e África do Sul, foi aprovado pela CRE e vai a Plenário. O projeto de decreto legislativo (PDS 127/08) foi relatado pelo senador João Tenório (PSDB-AL). O comércio trilateral alcançou US\$ 4,5 bilhões em 2005, considerado “muito abaixo das reais potencialidades” do grupo pelo relator.

COOPERAÇÃO Acordos com outros países em matéria civil ou penal facilitam repatriação de recursos desviados

RAFAEL ANDRADE/FOLHA IMAGEM



O banqueiro Salvatore Cacciola (C), condenado à revelia no Brasil, foi extraditado de Mônaco

Novas regras na cooperação jurídica internacional

Os futuros acordos bilaterais ou multilaterais para cooperação jurídica internacional a serem firmados pelo Brasil com outros países caminham para ter um norte.

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) deve votar o substitutivo ao projeto de lei (PLS 326/07) que regulamenta essas cooperações passivas ou ativas com outros países, podendo ser em matéria civil e penal e em processos administrativos e judiciais.

O texto, assinado pelo senador Romeu Tuma (PTB-SP), prevê que o pedido de cooperação jurídica poderá acontecer por meio de comunicação de atos

Inicialmente foi apresentado em 2005, pelo então senador Antero Paes de Barros, presidente da CPI. Como o projeto não chegou a ser analisado, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) o apresentou novamente.

– Trata-se de uma proposta de alteração nas principais normas de persecução criminal que, a meu ver, traduz-se em inegável avanço no combate à impunidade e à corrupção – observa Simon.

Para Tuma, “a matéria carece de uma regulação mais extensa e detalhada, um verdadeiro estatuto”. A proposta final tem 104 artigos, contra 14 do projeto original.

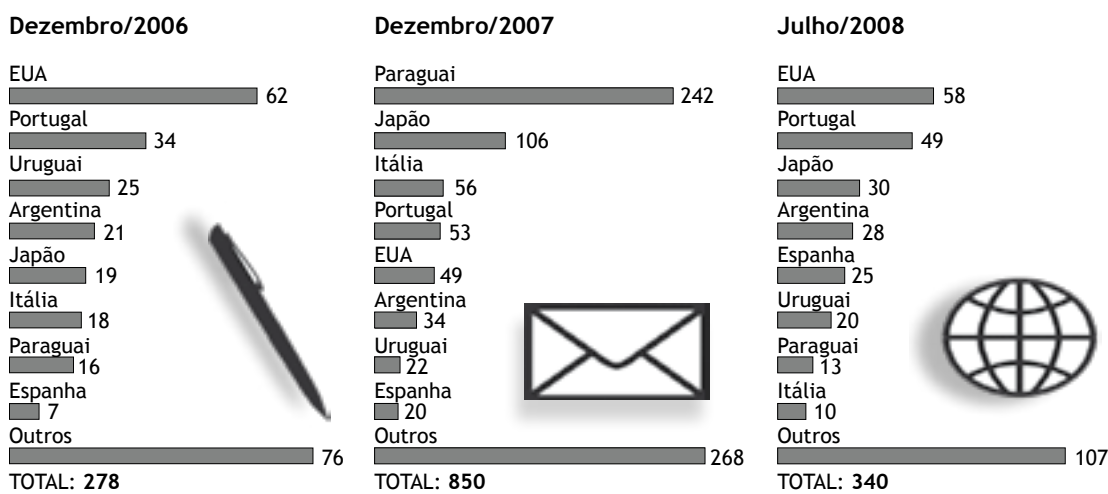
– O projeto serve para estabelecer pontes entre o serviço diplomático e a realidade judiciária, no sentido de orientar aquele acerca das necessidades da Justiça na instrução do processo. A vantagem das

celebrações desses acordos é que otimizam a persecução criminal transnacional, especialmente os crimes financeiros – destaca o relator.

O projeto define que o Ministério da Justiça é a autoridade central para os pedidos de cooperação jurídica de qualquer natureza, que pode ser feita por meio de tratado entre os países ou em pedido de reciprocidade.

Somente em dezembro do ano passado foram abertos 850 processos de cooperação jurídica internacional no Brasil. Desses, 221 trataram de interrogatório, inquirição ou oitiva, 173 foram citações, 33 representaram quebra de sigilo bancário e nove foram destinados a localização de pessoas.

Solicitações de cooperação jurídica internacional



Fonte: Ministério da Justiça

Como é o trâmite dos pedidos de cooperação jurídica internacional no Ministério da Justiça

– Os pedidos de cooperação jurídica internacional ativos devem ser remetidos, via postal ou pessoalmente, ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça (DRCI).

– As cartas rogatórias devem ser subscritas pelo Juízo competente. Já no caso de auxílio direto ou de cooperação administrativa, a legitimidade deve ser observada, conforme o caso, nos termos do acordo internacional ou outra base legal utilizada.

– O DRCI analisa os pedidos de cooperação jurídica internacional, ativos e passivos, e verifica se preenchem os requisitos necessários ao seu cumprimento pelas autoridades estrangeiras.

– Os pedidos de cooperação jurídica internacional ativos que cumpram todas as formalidades necessárias ao seu encaminhamento para o exterior seguem, via postal, às autoridades estrangeiras. O DRCI pode enca-

minhar diretamente à autoridade central estrangeira ou à Divisão Jurídica do Departamento Consular e Jurídico do Ministério das Relações Exteriores.

– A remessa direta à autoridade central estrangeira ocorre se há acordo que o preveja, sendo também possível em alguns dos casos em que é cabível pedido de auxílio direto com promessa de reciprocidade.

– Já os pedidos de cooperação jurídica internacional passivos podem ser recebidos pelo DRCI ou pelo Ministério das Relações Exteriores, a depender do acordo internacional ou de outra legislação aplicável.

– Os pedidos estrangeiros recebidos no DRCI são analisados para verificação dos requisitos para seu cumprimento. Quando estão completos, são encaminhados às autoridades competentes. Já aqueles que necessitem ser corrigidos, complementados ou acompanhados de documentação suplementar são devolvidos às autoridades estrangeiras para as providências cabíveis.

Fonte: Ministério da Justiça

Mais bloqueios de contas no exterior

O Brasil tem hoje cerca de 4 mil processos de cooperação jurídica internacional em andamento. A grande maioria é recente, já que o Ministério da Justiça tem intensificado as ações para aumentar as trocas de informações com outros países.

– Na verdade, estamos adotando uma postura proativa para buscar firmar mais acordos bilaterais. Não vamos mais apenas aguardar a provocação de outros países – explica o secretário nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior.

As cooperações acontecem principalmente nas extradições e na transferência de condenados. Com isso, segundo Tuma Júnior, o Brasil tem demonstrado, interna e internacionalmente, que pode atuar além de suas fronteiras.

– Isso inibe ações como procura de paraísos fiscais para lavagem de dinheiro – exemplifica o secretário.

Com a criação do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), do Ministério da Justiça, o governo também tem conseguido aumentar o número de bloqueios de contas no exterior e repatriar parte do montante.

O DRCI trabalha para a recuperação de dinheiro enviado ao exterior de forma ilícita, assim como de recursos provenientes de atividades criminosas, como as relacionadas ao tráfico de entorpecentes. O Ministério da Justiça é acionado sempre que o Ministério Público ou a Polícia Federal identificam alguma conexão internacional.

– Hoje temos mais de US\$ 200 milhões bloqueados no exterior. Com a CPI do Banestado, por exemplo, foram recuperados US\$ 5 milhões, dos quais US\$ 1,5 milhão foram destinados ao Brasil – relata Tuma Júnior.

Falta de legislação dificulta negociações

O texto final apresentado pelo senador Romeu Tuma é embasado em estudos realizados por uma comissão do Ministério da Justiça. Assim, surgiu a proposta de uma lei que discipline no país a cooperação jurídica internacional, até então realizada unicamente por acordos entre as partes.

– Essa lei facilita a cooperação, já que até então são inclusas nos acordos regras que seriam desnecessárias se já tivéssemos a norma estabelecida – diz o juiz federal da Vara Criminal do Rio Grande do Norte Walter Nunes.

Ex-presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Nunes, que foi relator da área criminal na comissão do Ministério da Justiça, explica que a falta de regulamentação da cooperação jurídica pelo Brasil acabou se tornando um empecilho em uma negociação no âmbito penal com a Alemanha.

– Nós temos que definir regras específicas de procedimento interno. É preciso que fique normatizado, por exemplo, que em se tratando de cooperação passiva, quando um país pede algo ao Brasil, a competência é da Justiça Federal – explica o magistrado.

Como cada tratado internacional tem sua especificidade, os juizes, de maneira geral, não têm um conhecimento mais detalhado sobre a matéria, o que dificulta e retarda o trabalho, segundo Walter Nunes.

– Pelo princípio da cooperação, só não se atende aos pedidos na hipótese de se contrapor ao ordenamento jurídico interno – observa o juiz.

Um dos casos mais recentes de cooperação foi a extradição por Mônaco do banqueiro Salvatore Cacciola, condenado à revelia no Brasil por desvio de dinheiro e gestão fraudulenta.

ELEIÇÕES Levantamento mostra que tradição do Senado sempre foi reduzir ritmo de votações antes das eleições

Votações em período eleitoral quebram tradição parlamentar

Com a manutenção dos trabalhos durante o período eleitoral, decidido na semana passada pelos líderes partidários (*veja matéria nesta página*), o Senado quebrou a tradição de reduzir o ritmo das votações às vésperas de eleições. A prática, prevista no Regimento Interno, tinha o objetivo de permitir que os senadores, alguns deles candidatos, tivessem maior participação nas campanhas.

A decisão segue a linha de medidas iniciada em 2006, com a redução do recesso parlamentar de 90 para 55 dias e o fim das convocações extraordinárias da Casa que resultavam em pagamento extra aos parlamentares.

Levantamento realizado pelo **Jornal do Senado** mostra que, desde 1996, a Casa realizava algumas semanas de votações antes das eleições no que ficou conhecido como “esforço concentrado”. Houve mais semanas sem votações antes das eleições gerais (para presidente, governadores, senadores e deputados federais e estaduais) que antes das eleições municipais. Nesse período, antes dos pleitos gerais, houve, em média, um total de três semanas com sessões deliberativas nos meses de agosto, setembro e outubro (*veja quadro*).

Porém, se quiserem repetir a decisão tomada na semana passada nas eleições gerais de 2010, os senadores deverão mudar o Regimento Interno para realizar sessões ordinárias. Atualmente, o seu parágrafo único do artigo 2º determina que “nos 60 dias anteriores às eleições gerais, o Senado Federal funcionará de acordo com o disposto no Regimento Comum”, que, por sua vez, coloca nas mãos do presidente da Casa a prerrogativa de convocar sessões “que não tiverem data



Líderes reunidos, sob a coordenação do presidente Garibaldi Alves: não haverá recesso branco

legalmente fixada”.

Entre julho e outubro de 1996, o Senado realizou três semanas de votação em agosto e mais uma no início de setembro. Em 1998, houve votação em três dias em agosto e quatro em outubro. Até 23 de outubro, às vésperas do segundo turno, não houve sessões deliberativas. Já em 2000, quando as prefeituras estavam outra vez em disputa, o Senado interrompeu as votações entre 11 de agosto e 11 de setembro. Nos dois dias seguintes, o Plenário apreciou propostas legislativas, voltando a ficar sem atividades até o final de outubro.

As eleições gerais de 2002 também interferiram bastante no funcionamento do Senado, que realizou votações em uma semana em agosto, outra em setembro e mais uma em outubro. Em 2004, o Senado promoveu sessões deliberativas em cinco semanas nos três meses. Finalmente, em 2006, o Senado votou projetos na primeira semana de agosto, na de setembro e na de outubro.

Semanas de votações no Senado nos meses anteriores às últimas seis eleições

Ano	Eleições	Agosto	Setembro	Outubro	Total
1996	Municipais	3	1	4	8
1998	Gerais	1	0	2	3
2000	Municipais	2	1	4	7
2002	Gerais	1	1	1	3
2004	Municipais	2	1	2	5
2006	Gerais	1	1	1	3

Fonte: Levantamento do **Jornal do Senado** nos arquivos mantidos pela Secretaria Geral da Mesa.

Recesso parlamentar cada vez menor

Desde a Independência, a tendência é a redução do recesso parlamentar no Congresso Nacional. Veja os períodos legislativos fixados pela Constituição desde 1824.

Constituição	Período legislativo
1824	Quatro meses
1891	Quatro meses
1934	Seis meses (a partir de 3 de maio)
1937	Quatro meses
1946	Nove meses (de 15 de março a 15 de dezembro)
1967	Oito meses (de 1º de março a 30 de junho e de 1º de agosto a 30 de novembro)
1988	Nove meses (de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro)
1988 (Emenda Constitucional 50/06)	Dez meses e cinco dias (de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro)

Senadores têm agenda cheia em período eleitoral

Mesmo sem serem candidatos, como é o caso da maioria dos senadores nas eleições municipais deste ano, os parlamentares ficam com a agenda repleta de eventos e viagens. É o período em que o contato com as bases eleitorais é mais intenso.

Francisco Dornelles (PP-RJ) acha um equívoco considerar que o trabalho do parlamentar só é feito quando ele está em Brasília ou em Plenário. “Sem contar com seu eleitor, o político não pode compreender os problemas do seu estado. O sentimento regional é fundamental. Quem não está perto de sua rua, de sua cidade, de seu estado, não vai compreender o país em que vive”, declarou o senador. Ele planeja visitar todos os 92 municípios do Rio de Janeiro nas eleições, oferecendo propostas nas áreas fiscal, habitacional e educacional, entre outras.



Renato Casagrande (PSB-ES) observa que as eleições dominam o interesse não apenas dos políticos, mas da imprensa e da sociedade. “É uma prioridade para todos”, analisa. Ele considera que a diminuição do ritmo dos trabalhos em Brasília é o caminho correto, mas acha possível compatibilizar as duas coisas, mesmo tendo que enfrentar a grande demanda do partido e dos correligionários. Casagrande pretende visitar pelo menos 40 cidades dos 78 municípios do estado. Na semana passada, por exemplo, na sexta-feira ele deixou Brasília para Colatina, no norte capixaba, e, no dia seguinte, já esteve em Alegre, na região sul.



O *Jornal do Senado* conversou com cinco senadores de diferentes partidos e regiões do país para ter uma visão mais detalhada do impacto das campanhas eleitorais na rotina dos seus mandatos.

Marisa Serrano (PSDB-MS) acumula, nestas eleições, o trabalho em Brasília, em seu estado e como dirigente do partido, do qual é vice-presidente. Na semana passada, esteve em Cuiabá (MT) acompanhada do presidente do partido, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE). Na campanha, procura levar sua experiência como senadora e como ex-vice-prefeita de Campo Grande. Do ponto de vista da agenda, ela não vê diferença entre fazer campanha como aliada do governo ou na oposição. Seu tempo é dividido entre contribuições para plataformas eleitorais, gravações para o horário eleitoral gratuito e a presença em palanques ou nas ruas.



Sérgio Zambiasi (PTB-RS) não vê diferença no trabalho durante o período eleitoral. Para ele, é possível compatibilizar o trabalho no Congresso e no estado. Desde que chegou a Brasília, o senador mantém a rotina de viajar na quinta ou sexta-feira para o estado, onde fica até a segunda ou terça-feira. Por isso, disse ele, desde que assumiu o mandato, nunca passou um fim de semana em Brasília e nunca faltou a uma sessão para atender a convites no estado. Nesse ritmo, afirmou, consegue atender às duas agendas. Mas Zambiasi considera impossível atender às demandas de todos os 486 municípios gaúchos durante a campanha.



Marco Maciel (DEM-PE) reconhece o impacto das eleições sobre o trabalho dos parlamentares. Mas, para ele, o efeito é mais sentido na Câmara, já que os deputados têm quatro anos de mandato e votação mais regionalizada, com áreas de influência nos estados. Dessa forma, disse, eles têm que trabalhar nas eleições municipais, no meio do mandato, para prestar contas do que vêm fazendo, apoiar as políticas que defendem nos municípios e, assim, tentar manter vivos seus projetos políticos nas eleições gerais, dois anos mais tarde.



ELEIÇÕES Tão antiga quanto o próprio Parlamento, interrupção dos trabalhos varia muito de país para país

Recesso só tem diminuído ao longo da história

Nas suas origens, o Parlamento não funcionava em tempo integral e seus trabalhos eram suspensos por longos períodos, geralmente no inverno. A elevação do Legislativo à condição de instituição mais importante de uma democracia impôs que os parlamentares tivessem autonomia para se reunir independentemente da vontade do chefe do Executivo, na época, o imperador. Foi necessário, então, fixar um tempo de permanência dos representantes do povo na assembléia, longe dos representantes. Muitas vezes, os parlamentares vinham de províncias distantes, o que exigia tempo para deslocamento.

O período legislativo em outros Parlamentos do mundo

O período e o tempo de funcionamento do Congresso variam de país para país. Em diversos deles, porém, o calendário eleitoral interfere, por lei, nas atividades parlamentares.

Alemanha – O Parlamento se reúne 30 dias após as eleições parlamentares. Na prática, um conselho de líderes define o calendário legislativo, bastante flexível. Geralmente, entre março e dezembro, são realizadas duas semanas de trabalhos parlamentares e duas semanas livres para os congressistas retornarem às suas bases.

Argentina – De 1º de março a 30 de novembro.

Bolívia – O Parlamento funciona por 90 dias prorrogáveis até 120 dias a partir de 6 de agosto.

Canadá – Segundo a Constituição, o Parlamento se reúne pelo menos uma vez a cada 12 meses. Mas um exemplo mostra como a regra funciona na prática: entre 29 de janeiro de 2001 e 12 de novembro de 2003, o Congresso canadense só esteve em recesso entre 16 e 30 de setembro de 2002. Ou seja, funcionou quase ininterruptamente por mais de mil dias.

Chile – De 21 de maio a 18 de setembro.

Colômbia – De 16 de março a 20 de junho e de 20 de julho a 16 de dezembro.

Ecuador – O Parlamento funciona por 60 dias, improrrogáveis, a partir de 10 de setembro.

Espanha – Entre fevereiro e junho e entre setembro e dezembro, em datas variáveis.

Estados Unidos – Originalmente, a Constituição determinava a reunião do Congresso pelo menos uma vez por ano. Em 1933, uma emenda estabeleceu que as sessões legislativas deveriam começar anualmente em 3 de janeiro, mas com a flexibilidade de o Congresso, por meio de uma lei, escolher outra data. Na prática, os trabalhos se iniciam em janeiro, sem data definida, conforme acordo entre Câmara e Senado. Também não há data para fim da sessão. Em ano eleitoral (a cada dois anos na Câmara), porém, uma lei de 1970 determina que a sessão legislativa seja suspensa em 31 de julho. Em 2004, por exemplo, o Senado norte-americano se reuniu entre 20 de janeiro e 1º de outubro, com uma semana de recesso por mês entre fevereiro e junho e mais um mês e meio de recesso entre 26 de julho e 6 de setembro.

Europa – Pelo regimento, o Parlamento se reúne anualmente a partir da segunda terça-feira de março (pouco antes do fim do inverno no Hemisfério Norte) e delibera soberanamente quanto às interrupções da sessão legislativa. A Conferência dos Presidentes, uma espécie de colégio de líderes, pode alterar a duração dos recessos se a decisão for tomada pelo menos 15 dias antes da data previamente marcada pelo Parlamento para o reinício da

sessão. A alteração não pode estender a interrupção por mais de 15 dias. O órgão realiza as suas sessões plenárias uma vez por mês em Estrasburgo, mas pode se reunir também em Bruxelas, em sessões suplementares de dois dias. Duas semanas por mês são dedicadas a reuniões das comissões e uma semana às reuniões dos Grupos Políticos, os partidos do bloco europeu. Portanto, o deputado europeu divide o seu trabalho entre Bruxelas, Estrasburgo e a base eleitoral em seu país. “Paralelamente a essas atividades principais, tem evidentemente de dedicar tempo à sua circunscrição”, afirma o site do Parlamento Europeu. Este ano, por exemplo, as atividades do Parlamento foram interrompidas em 18 de julho para a pausa de verão e recomeçarão no dia 25 de agosto, uma semana antes da sessão plenária de 1º a 4 de setembro, em Estrasburgo.

França – A primeira sessão começa em 2 de outubro e dura 80 dias. A segunda começa em 2 de abril e dura 90 dias. As sessões extraordinárias não podem se estender mais que 12 dias, com intervalo mínimo de um mês entre elas.

Inglaterra – Flexível, sem datas ou prazos para duração das sessões e recessos. Em 2004, porém, houve recessos para o Natal (duas semanas), Páscoa (duas semanas), além de um recesso de uma semana em fevereiro, o “recesso branco” de dez dias entre maio e junho, a pausa do verão de 50 dias entre 27 de julho e 7 de setembro e o Conference recess entre 16 de setembro e 11 de novembro.

Itália – Não tem período fixo de funcionamento, que é determinado pelas eleições parlamentares, já que o Legislativo pode ser dissolvido com maior frequência, sem data definida. Geralmente, o Parlamento fecha uma semana na Páscoa, duas no Natal e mais um mês em agosto.

México – Um primeiro período de sessão começa em 1º de setembro e um segundo em 15 de março. O fim de cada sessão não é definido, mas geralmente a primeira acaba em 15 de dezembro (31 de dezembro quando há posse do presidente da República) e a segunda, em 30 de abril.

Paraguai – De 1º de julho a 20 de dezembro e de 1º de março a 30 de junho.

Peru – De 27 de julho a 15 de dezembro e de 1º de abril a 31 de maio.

Portugal – O início é fixado para 15 de outubro e geralmente a sessão legislativa vai até 15 de junho. Outras suspensões podem ser definidas pelo voto de dois terços dos deputados. Em 2004, por exemplo, nas últimas eleições para o Parlamento Europeu, a Assembléia de Portugal resolveu suspender o seu funcionamento para a campanha eleitoral. A medida foi tomada com base no regimento e na Constituição e teve a duração de 14 dias (entre 31 de maio e 13 de junho daquele ano).

Fonte: *Recesso parlamentar em outros países*. Estudo de Kátia de Carvalho, consultora legislativa da Câmara dos Deputados. Março de 2004.



No Capitólio, sede do Legislativo dos EUA (acima), o trabalho pode ser suspenso em 31 de julho, em ano eleitoral. O Parlamento Europeu entra em recesso no período de 18 de julho a 25 de agosto



Vereadores baianos param de trabalhar até eleição

Com apenas um voto contrário, os dez vereadores de Conceição do Coité, na Bahia, resolveram interromper oficialmente as atividades legislativas durante o período eleitoral. Entre 5 de julho e 5 de outubro, a Câmara estará, portanto, em recesso e só se reunirá caso o prefeito a convoque extraordinariamente.

De acordo com o site de notícias da cidade, Calila Notícias, a decisão foi tomada com base no Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis (Lei 8.112/1990) – que permite que servidores públicos se licenciem de suas

atividades quando se candidatarem a cargo eletivo. Outro argumento favorável à suspensão é dar aos vereadores que tentam a reeleição a chance de disputar o pleito em igualdade de condições com os demais candidatos. Como o Congresso Nacional, a Câmara Municipal da cidade reduziu em 2006 o período de recesso parlamentar de 92 para 55 dias. Para o vereador Assis do PT, tomada com base no Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis (Lei 8.112/1990) – que permite que servidores públicos se licenciem de suas



Conceição de Coité, na Bahia: recesso anual foi reduzido, mas vereadores decidiram interromper sessões durante campanha eleitoral

JUSTIÇA Comissão de especialistas tem prazo até dezembro para sugerir mudanças no rito de julgamento dos crimes no Brasil. Objetivo é fazer mudança integral da legislação atual, que tem 67 anos e foi elaborada quando o país atravessava um período ditatorial

Esforço para reformar o Código de Processo Penal

Legislativo, Executivo e Judiciário concordam: o Código de Processo Penal (CPP), já com 67 anos, precisa ser urgentemente reformado, para ajudar no esforço de tornar a Justiça mais ágil e de combater a crescente criminalidade. Porém, essa unanimidade que existe há décadas não serviu para que muita coisa mudasse no modo como advogados, promotores e juízes ainda tratam os processos na área criminal. Isso pode mudar a partir de iniciativa do Senado, que criou comissão integrada por nove especialistas (veja quadro) para, até o final do ano, apresentar um anteprojeto de reforma do CPP.

Não é só porque o CPP é velho que o código já não atende aos interesses da sociedade. Uma das críticas mais recorrentes é o fato de ele prever mais de 20 recursos que podem ser interpostos durante um processo. Outras supostas salvaguardas à ampla defesa também caducaram com a modernização do país. Algumas, inclusive, recentemente foram modificadas em uma minirreforma de iniciativa do Senado, em dois projetos de lei (veja nestas páginas).

Renato Casagrande defende reformulação integral

O senador Renato Casagrande (PSB-ES), autor da sugestão de se criar uma comissão de juristas, defende a reformulação integral do Código de Processo Penal, para dar mais celeridade à Justiça, combater a impunidade e ajustar o texto à Constituição de 1988.

– Nosso código foi concebido num momento [1941] em que vivíamos um governo autoritário. Havia um debate mundial sobre o fascismo e o Brasil sofreu essas influências. A lei envelheceu e ainda não a reformulamos, enquanto outros países da América Latina já fizeram isso, como Argentina, Chile e Venezuela – destacou Casagrande.

O senador lembrou que “mudanças pontuais” no código “já foram um avanço enorme”, mas estão longe do ideal.

Comissão debate modelo acusatório brasileiro e atividades dos juízes

A comissão externa criada para elaborar o anteprojeto do Código de Processo Penal discutiu na terça-feira passada os princípios do novo código. Durante o debate, os juristas aprofundaram a discussão sobre o modelo acusatório do processo penal brasileiro, bem como as atividades que cabem ao juiz.

Segundo o consultor legislativo do Senado Fabiano Silveira, o colegiado está convencido de que deve

A idéia de criar a comissão é evitar que alterações continuem a ser feitas em conta-gotas. Na quarta-feira passada, por exemplo, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto mudando o CPP, para que os recursos de apelação contra condenações criminais sejam apresentados na própria instância responsável pela decisão. O texto atual permite aos réus apresentarem apelação em instância superior, o que aumenta a demora nos processos.

Consenso na reforma; divergência nos temas

O governo deverá emprestar votos às mudanças quando ela chegarem ao Plenário. Em fevereiro, na abertura do ano judiciário, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu um esforço dos três Poderes para a “importantíssima” reforma, capaz, segundo ele, de evitar “adiamentos injustificáveis” nos julgamentos.

No Judiciário, ainda que não exista unanimidade sobre as alterações mais urgentes, há consenso sobre a oportunidade da reforma.



01º Tribunal do Júri do Rio julga Márcio dos Santos Nepomuceno, o Marcinho VP, acusado de esgarar dois adversários em 1996: muitos apontam que regras atuais tornam a justiça lenta e favorecem a prescrição das penas, mas há resistência a mudanças

– A atualização do direito penal é um reclamo da sociedade. Rever as bases da princiologia penal é uma necessidade do nosso país – definiu Carlos Ayres Britto, ministro do Supremo Tribunal Federal.

Até os advogados, que supostamente perderiam com a simplificação dos processos, não se opõem a mudanças, mas fazem ressalvas:

– É possível reformar o código, mas sem cair na tentação de que as coisas se resolvem com endurecimento de pena, quando sabemos que grande parte dos problemas de violência foi

a ausência do Estado na formulação de políticas – define o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto.

A comissão, criada por sugestão do senador Renato Casagrande (PSB-ES), vai ouvir a sociedade durante a elaboração do anteprojeto do novo código. Criado por ato do presidente Garibaldi Alves, o grupo deve reunir-se uma vez por mês e terá 180 dias para apresentar o anteprojeto, que deverá se transformar em projeto de lei. Uma comissão especial de parlamentares irá analisar a proposta,

dar um parecer e enviar o assunto ao Plenário.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Hamilton Carvalhido foi eleito coordenador da comissão externa. Para ele, o atual CPP tem características dos regimes autoritários e, portanto, é incompatível com a atual ordem constitucional.

Ele lembrou que a criminalidade se expandiu, está mais sofisticada, o que exige leis com procedimentos específicos. Assim, uma legislação assistemática, sem unidade, pode ofender garantias individuais.

Para senadores, impunidade será alvo do novo CPP

Para o presidente do Senado, Garibaldi Alves, o trabalho da comissão de juristas é prioritário para o país no momento porque a população, pressionada pela violência, “clama por mudanças capazes de tornar mais rápida a ação da Justiça”.

– A violência tem atormentado as famílias, apesar do esforço dos magistrados. O Estado brasileiro tem-se

deparado com falhas na apuração dos delitos e entraves na tramitação dos processos. E as causas vão dos baixos níveis educacionais à crise de valores, passando pela injustiça social – disse Garibaldi, para quem a modernização do CPP é uma oportunidade para o Legislativo estreitar seus laços com a sociedade.

– No cipal de recursos e no ema-

ranhado de leis do processo penal, os resultados são freqüentemente a impunidade e a injustiça – resumiu.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) considera necessário buscar um texto para o novo CPP que permita o combate à impunidade. Ele sugere a criação de uma “justiça especial” para políticos criminosos, impedindo que eles se candidatem a cargos eletivos.

Aumento das penas não deve guiar nova legislação, diz Ideli

Escolhida pela segunda vez para presidir o grupo de trabalho da CCJ que estuda alterações no Código de Processo Penal, a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), acredita que, “pela gravidade da situação atual”, muita coisa ainda pode ser melhorada na lei em vigor desde 1941. Mas ela não considera que o aumento das penas seja uma boa alternativa.

– Quando se fala em impunidade, a primeira coisa que as pessoas querem fazer é aumentar as penas. Mas as penas não são pequenas – afirma.

Graças à colaboração de diferentes órgãos ligados à questão (Supremo Tribunal Federal, Associação dos Magistrados e Associação dos Juízes Federais, entre outros), Ideli diz ter obtido sucesso na tarefa de encontrar e desatar alguns dos nós que amarram o sistema judicial do país.

Foi o caso, destacou, dos projetos da minirreforma do CPP, dos quais foi relatora, “modificações pontuais para evitar problemas que nós vivenciamos e que provocaram reações imensas”. – Tivemos a absolvição do mandan-



Ideli Salvatti destaca projetos elaborados a partir de sugestões que levaram a mudanças no CPP

te do assassinato da missionária Dorothy Stang, morta a tiros em fevereiro de 2005. Esse caso foi escandaloso porque ele [o réu Vitalmiro Bastos Moura, o Bida] foi condenado à pena máxima por unanimidade, sete a zero. Obviamente, advogado nenhum teria elementos para pedir um novo júri, mas a legislação permitia e veja o que aconteceu. Isso [a anulação da sentença] indignou a todos, com repercussão até internacional.

MP deve comandar investigação, defende jurista da área criminal

Vários são os atos que a polícia pode realizar durante a investigação preliminar de um delito, como a periclia do local do crime, o interrogatório de suspeitos, buscas e apreensões e pedidos de prisão provisória. Mas a obrigação de provar a autoria e as circunstâncias do delito, em quase todos os sistemas processuais penais do mundo, pertence ao Ministério Público.

Nesse aspecto, o jurista Marcelo Batloune Mendroni, autor do livro *Curso de investigação criminal*, alerta que, em tempos de reforma processual penal, é importante cuidar para não “andar na contramão” da história. Ele se refere, especificamente, a discussões em torno da adoção pelo Brasil do instituto do juizado de instrução como sistema de investigação criminal pré-processual. O Projeto de Lei 4.209/01, que tramita

na Câmara dos Deputados, trata do tema e também foi criticado pela Associação Nacional dos Procuradores da República.

– Mesmo na França, a investigação preliminar, propriamente dita, é realizada pela polícia com a coordenação do Ministério Público, e não pelo juiz, como se pode imaginar. Seria de fato um equívoco entregar a investigação preliminar a um juiz, recuperando os resquícios do sistema inquisitivo, onde o mesmo órgão investiga e julga – explica Mendroni.

Segundo ele, à exceção da França, todos os principais países europeus já abandonaram essa estrutura de juizado de instrução. Na Alemanha,

a mudança ocorreu em 1974. Na Itália e em Portugal, entre 1988 e 1989.

– Os demais, todos também abandonaram o sistema, porque não se coaduna com os preceitos modernos, que entregam o comando da investigação preliminar criminal ao Ministério Público, que detém os autos. Essa é a verdadeira e importante mudança que devemos buscar.

A posse dos autos da investigação preliminar, copiando o que os países da Europa fazem, há anos, mesmo no sistema francês”, diz Mendroni em recente artigo, ressaltando que a própria França promoveu mudanças no código em 2004.

– Essa é uma aplicação do sistema

acusatório moderno, razão pela qual deve ser ele [o Ministério Público] o “diretor” da fase preliminar, valendo-se para tanto não só da atuação da polícia, mas também dos agentes da força pública em geral para perseguir os dados importantes para a comprovação dos fatos.

A grande diferença em relação ao sistema brasileiro é que, na França e na maioria dos outros países (como nos Estados Unidos), o promotor de Justiça efetivamente acompanha passo a passo o trabalho da polícia, enviando-lhe instruções conforme sua estratégia de investigação. Só depois de encerrado o inquérito é que o promotor decide se arquiva ou apresenta denúncia contra um ou mais acusados. No Brasil, as provas são coletadas pela polícia, que encaminha o inquérito ao MP, que por sua vez faz a denúncia à Justiça.

Sancionada em junho, minirreforma aprovada pela CCJ simplificou procedimentos judiciais

No dia 9 de junho passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou dois projetos (Leis 11.689 e 11.690) que integraram a chamada minirreforma do Código de Processo Penal, aprovada em 2007 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Aprovada na Câmara em maio, a minirreforma incluiu projetos que tramitavam desde 2001.

A mudança mais visível é a extinção da exigência de realização de novo julgamento sempre que o réu for condenado a penas superiores a 20 anos de reclusão por um único crime, determinadas pelo tribunal do júri. Os projetos sancionados também criam a absolvição sumária, reduzem para uma única audiência a tomada de depoimentos entre acusação e defesa e trazem alterações na produção

de provas no processo penal, como a permissão de audiências por videoconferências. As novas regras já valem tanto para processo em andamento como para novos casos. Relator da minirreforma na CCJ, o senador Demostenes Torres (DEM-GO) afirmou que as mudanças trazem rapidez e qualidade à Justiça.

Para o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), as leis representam um avanço democrático em comparação ao texto do CPP editado durante a ditadura do Estado Novo. Ele ressaltou o capítulo sobre as regras para o processo e julgamento dos crimes no tribunal do júri, com participação mais efetiva do jurado (formulando perguntas para o acusador ou defensor por meio do juiz, bem como examinando o processo em qualquer fase das discussões).

Os códigos de outros países

Argentina

O atual Código Processual Penal da Argentina (Lei 23.984), com 539 artigos, entrou em vigor em 4 de setembro de 1991, aprovada pelo Congresso Nacional 15 dias antes depois de uma longa tramitação. Na Argentina, cada uma das províncias (estados) também tem o seu próprio Código Processual Penal.

Espanha

17 de setembro de 1882 é a data de entrada em vigor da chamada Ley de Enjuiciamiento Criminal da Espanha, que permaneceu durante 101 anos sem uma reforma. Leis orgânicas – como são chamadas naquele país – a partir de 1983 começaram a alterar e modernizar o seu texto de 998 artigos (sem contar as disposições adicionais e as transitórias). Em 2002, uma reforma parcial mais ampla visou especialmente dar mais celeridade aos processos de determinados crimes.

Estados Unidos

Como na Argentina e em outros países, cada estado tem normas processuais penais próprias, mas acima delas prevalece o Código de Processo Penal federal (em vigor desde 1946). Ele foi elaborado pela Suprema Corte e votado pelo Congresso Nacional. São apenas 43 artigos, porém este número é ilusório, pois os parágrafos e alíneas são em grande número. Sua última modificação ocorreu no ano 2000.

França

O Código de Procedimento Criminal francês é um dos mais extensos do mundo, com seus 902 artigos. Foi emendado pela última vez em dezembro de 2005.

México

O Código Federal de Procedimentos Penais é de 30 de agosto de 1934, porém seu texto de 576 artigos vem sendo muito modificado, em especial no período entre 1996 e 2002.

Qual a diferença?

Código Penal é a lei que define os crimes e estabelece as punições.

Código de Processo Penal é o conjunto de normas e regras que devem ser obedecidas na condução de processo judicial que julga um crime, desde o inquérito policial até os recursos à disposição da defesa.

COMISSÕES



Rosalba Ciarlini destacou o fato de o projeto conceder estabilidade de 30 dias ao empregado



Lúcia Vânia relatou proposta que isenta de descontos o pagamento de férias

Licença-paternidade pode ser de 15 dias

A licença-paternidade pode ser ampliada de cinco para 15 dias, sem prejuízo de salário ou emprego, beneficiando inclusive pais adotivos. Em decisão terminativa tomada na quarta-feira, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto (PLS 666/07) da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) e, conforme o relator, Flávio Arns (PT-PR), deu um bom presente às famílias, porque a ampliação da licença irá beneficiar as mães e, sobretudo, as crianças, garantindo-lhes mais estabilidade emocional. O senador referia-se ao último domingo, quando se comemorava o Dia dos Pais.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

ressaltou a importância de o projeto conceder estabilidade por 30 dias, contados a partir do fim da licença-paternidade, contra demissão imotivada. Para Romeu Tuma (PTB-SP), o projeto estimula os pais a registrarem seus filhos, uma vez que, para gozar da licença, precisarão apresentar a certidão do nascimento.

A CAS aprovou ainda projeto (PLS 685/07) do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que isenta da cobrança do Imposto de Renda e da contribuição previdenciária a remuneração de férias e o adicional de um terço de férias. A proposta original do senador isentava também o 13º salário, mas a relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO),

excluiu essa possibilidade em seu parecer. O texto segue agora para análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Zambiasi argumenta que a Constituição de 1988 pretendeu fazer justiça ao trabalhador ao prever a concessão desses benefícios (o 13º, a remuneração de férias e o adicional de um terço), portanto, não caberia a incidência de IR e de contribuição previdenciária.

Ao excluir o 13º salário da isenção, Lúcia Vânia diz que a tributação sobre ele se faz exclusivamente na fonte, não compondo a base de cálculo da contribuição previdenciária no mês em que é recebido.

Menos burocracia nos registros de nascimento

O registro de nascimento do maior de 12 anos e menor de 18 anos de idade pode vir a ser feito diretamente nos cartórios de registro civil, define projeto de lei da Câmara (PLC 34/07) aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Hoje, a Lei 6.015/73, relativa a registros públicos, exige despacho de um juiz.

A proposta, de acordo com o relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), tem por objetivo desburocratizar os serviços judiciários. Caso o oficial suspeito de falsidade da declaração do nascimento, poderá exigir provas. O projeto ainda será submetido ao Plenário.

Outro projeto aprovado (PLC 31/08), apresentado pelo deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) e relatado pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO), proíbe a instalação de antenas de transmissores de celulares, bem como de fontes emissoras de radiação eletromagnética, a menos de 30 metros de edifícios destinados a clínicas médicas, centros de saúde, hospitais, escolas e residências.

A proposta também proíbe antenas perto de centros comunitários, áreas de lazer, centros culturais, museus, teatros, entorno de praças de esporte e em equipamentos de interesse socio-cultural e paisagístico.

Projeto sugere criar escola de segurança pública

O governo federal poderá criar a Escola Nacional de Segurança Pública e Proteção Social, segundo projeto (PLS 372/07) do senador Renato Casagrande (PSB-ES) aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A instituição seria localizada em Brasília e teria, entre seus objetivos, os de elaborar currículos e programas de formação de profissionais de segurança em todo o país e “estudar e propor soluções para os problemas de violência e assimetria social”.

– Esta iniciativa foge do conceito de enfrentamento pela força. Precisamos trabalhar no sentido

de promover o combate à criminalidade de forma inteligente – disse Casagrande.

O relator, Flávio Arns (PT-PR), concordou que é preciso fortalecer a formação dos profissionais do setor e sugeriu que o Senado realize um grande debate sobre a questão da violência – especialmente no que se refere à ação do tráfico de drogas.

Marisa Serrano (PSDB-MS) disse ter certeza que o governo será sensível à proposta de criar a escola. Por sua vez, Gerson Camata (PMDB-ES) demonstrou preocupação com o crescente poder dos traficantes em diversos estados.

Trabalhador ganha cheque para custear as suas férias

As empresas que concederem vale-hospedagem a seus empregados poderão deduzir do lucro tributável, para fins de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, o dobro das despesas realizadas em programas de hospedagem para o lazer do trabalhador. Pelo projeto (PLS 488/03), do ex-senador Leonel Pavan, aprovado pela CAS, o objetivo é incentivar o turismo dos trabalhadores.

O vale-hospedagem, de acordo com o relator, Paulo Paim (PT-RS), é inspirado numa bem-sucedida experiência da França que, em 1982, criou a Agência Nacional dos Cheques de Férias, que garantiu aos assalariados franceses mais acesso ao turismo e a atividades culturais e de lazer.

Além de incentivar o turismo dos trabalhadores, Paim acredita que o projeto favorece a redução da ociosidade da rede hoteleira que ocorre fora das temporadas turísticas.

Outra proposta (PLS 672/07) aprovada pela CAS determina que todo idoso com mais de cem anos tenha direito a um benefício no valor de dois salários mínimos.

STJ vai criar 320 cargos e escolher 116 por concurso

Com base em projeto de lei da Câmara (PLC 11/08), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou a criação de 320 cargos no Superior Tribunal de Justiça (STJ). São 116 cargos para o quadro permanente, por concurso público, sendo 58 para analista judiciário e 58 para técnico judiciário; outros cinco cargos a serem preenchidos por comissão código CJ-2; e o restante (199 cargos) destinado a funções comissionadas (52 para FC-06, 105 para FC-04 e 42 para FC-02).

O relator, Valter Pereira (PMDB-MS), afirma em seu parecer favorável que os cargos deverão atender ao aumento progressivo do número de processos para julgamento, além de novas competências atribuídas ao STJ pela Constituição.

Ainda segundo o senador, a medida está em sintonia com várias outras providências que vêm sendo adotadas no STJ para alcançar o objetivo maior de dar mais celeridade na tramitação dos processos.

Restaurador histórico terá profissão regulamentada

Os diplomados em curso superior, no Brasil ou exterior, de restauração de bens de valor histórico, documental ou artístico, sejam eles tombados ou não, podem obter exclusividade para exercer a profissão de conservador-restaurador de bens culturais móveis ou integrados. A regulamentação aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) prevê também a criação dos

conselhos federal e estaduais de conservação-restauração de bens culturais.

Para a CAS tomar a decisão terminativa, será necessário um turno suplementar de votação, já que o relator, Expedito Júnior (PR-RO), modificou o texto original.

Pelo projeto (PLS 370/07) do senador licenciado Edison Lobão (DEM-MA), caberá ainda aos conservadores-restauradores a tarefa de dar aulas sobre o tema. Os profissionais qualificados que já exercem a atividade ficam excluídos da exigência de formação superior específica.

O relator incorporou emenda apresentada na Comissão de Educação para dar caráter autorizativo à criação dos conselhos, para eliminar controvérsias sobre a constitucionalidade da iniciativa legislativa de criar conselhos profissionais.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) aplaudiu a iniciativa, lembrando que seu estado, Minas Gerais, possui enorme patrimônio histórico e cultural.



Emenda de Expedito Júnior torna opcional a criação dos conselhos profissionais

RODOVIA - Passará a chamar-se Rodovia Guimarães Rosa o trecho da BR-135 entre o entroncamento da estrada BR-040, no município de Curvelo (MG), e a cidade de Januária (MG), segundo projeto (PLS 134/08) de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Neste ano se celebra o centenário do nascimento do escritor mineiro, autor de verdadeiros clássicos da literatura brasileira e mundial, como *Sagarana* e *Grande sertão: veredas*.

BICENTENÁRIO - Comissão especial a ser criada, formada por senadores e deputados de todos os estados e do DF, será responsável pela organização das comemorações dos 200 anos de Independência do país, a serem celebrados em 2022. A proposta (PLS 24/04) é do senador Marco Maciel (DEM-PE). Também está prevista parceria com instituições culturais e de pesquisa histórica, visando a identificação de atividades de interesse nacional a serem realizadas no ano do bicentenário da Independência.

MENSALÃO - O ministro da Fazenda, Guido Mantega, deverá enviar à CCJ informações sobre processos administrativos fiscais relativos a partidos políticos. O pedido de informações, feito pelos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), foi aprovado pela comissão. O Ministério da Fazenda, instado pelo Congresso, abriu processos administrativos fiscais para verificar a contabilidade de partidos políticos da base de apoio do governo envolvidos no chamado mensalão.

BEBIDAS - A regulamentação da publicidade e da venda de bebidas alcoólicas no país será debatida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

A iniciativa foi dos senadores Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Papaléo Paes (PSDB-AP), que sugeriram convidar, entre outros, o presidente do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária, Gilberto Leifert.

COMISSÕES

Índios querem permanecer em área no Distrito Federal

Lideranças indígenas afirmaram na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em audiência pública na última quinta-feira, que não querem desocupar a Reserva Indígena do Bananal, localizada no Parque Nacional de Brasília e ocupada por eles desde 1958, quando teve início a construção da capital.

Os líderes Awamirim e Santxiê Tapuya foram convidados a participar da audiência pública realizada para debater a situação da reserva, escolhida pelo governo do Distrito Federal (GDF) para abrigar o Setor Noroeste, bairro residencial que deverá receber 40 mil habitantes de alta renda.

Liderança da Comunidade da Terra Indígena Bananal e do Santuário dos Pajés, Santxiê afirmou que é preciso respeitar a determinação constitucional que garante ao índio o direito à terra que ocupa.

– Hoje, decorridos 508 anos de descobrimento do Brasil, os filhos desta terra mal têm o seu direito constitucional respeitado. O mundo é cheio de leis, mas queremos saber se a lei chega na ponta e quem tem o direito a ela,

pois derramamos nosso sangue para construir a Carta Régia que está aqui, mas ela não está sendo respeitada – afirmou Santxiê.

Segundo o líder indígena, a área do Bananal tem um passado histórico que não está sendo respeitado, assim como está ocorrendo com outras reservas indígenas em todo o país.

Índios apontam especulação imobiliária

Já Awamirim, que é presidente da Associação Cultural Povos Indígenas (ACPI), disse que a especulação imobiliária é responsável por todo o conflito que está ocorrendo em torno da área da reserva.

– O que a gente está vendo é o governo do Distrito Federal e o Ministério Público defendendo o interesse das imobiliárias. Esse projeto do Setor Noroeste atende à especulação imobiliária e não à questão de moradia – frisou.

O advogado do Conselho Tribal da Reserva Bananal, Arão Guajajara, pediu aos senadores que exijam da Funai a formação de um grupo de trabalho para discutir imediatamente a situação na área do Bananal.



Paulo Paim (terceiro à esquerda) preside audiência pública que ouviu lideranças indígenas, Ministério Público e governo do DF

Senadores irão visitar área em disputa e governador do DF

A CDH fará uma visita aos índios que residem na Reserva do Bananal e também visitará o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, para discutir a construção do Setor Noroeste na área onde está a reserva. A decisão foi tomada pelo presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), que acolheu sugestão apresentada pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Paim decidiu ainda, a partir de sugestão do senador José Nery (PSOL-PA), que a CDH realizará um seminário para aprofundar as discussões.

– Aquela área é uma pátria para os índios. Temos que descobrir um caminho com a Terracap [Companhia Imobiliária de Brasília], com o governador e com os índios para resolver esse assunto. – afirmou Cristovam, que já foi governador do DF.

A senadora Marina Silva (PT-AC) defendeu a construção de um espaço, dentro do Setor Noroeste, para abrigar a comunidade indígena. Ela lembrou que, dos 850 hectares previstos

para abrigar o novo bairro, apenas quatro são ocupados pelos índios, e, portanto, não haveria grandes problemas para a cessão da área.

O presidente da CDH criticou a ausência de representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que foram convidados a participar das discussões.

A representante da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão de Índios e Minorias do Ministério Público Federal (MPF), Luciana Loureiro Oliveira, afirmou que ainda não foi apresentado ao MPF estudo que comprove a existência de povos indígenas na Reserva do Bananal nos termos assegurados pela Constituição.

A diretora técnica da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), Ivelise Longhi, disse que o GDF tem a intenção de planejar o território urbano para oferecer novas áreas, mas leva em consideração a questão indígena em suas decisões.



Magno Malta (C), presidente da CPI, inicia audiências do segundo semestre nesta terça

CPI da Pedofilia define próximos depoimentos

Audiências públicas com dirigentes da empresa Microsoft e do portal MSN/Hotmail no Brasil, além de representantes dos sites de relacionamento Facebook e Bebo farão parte do plano de trabalho para o segundo semestre da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia. Também foram aprovadas datas para depoimentos de envolvidos em denúncias de pedofilia e para audiências com autoridades ligadas à proteção dos direitos humanos, da Coordenação Geral de Polícia Criminal Internacional (Interpol) e do Ministério Público, entre outras.

Nesta terça-feira serão ouvidos pela CPI Alexander Ladislau e Silas Cabral, ambos citados em depoimentos de envolvidos na Operação Arcanjo, deflagrada em Roraima para investigar denúncias de abuso sexual contra crianças naquele estado. Na terça-feira da próxima semana, a CPI realizará

audiência com Osvaldo Barbosa de Oliveira, diretor-geral do MSN/Hotmail no Brasil, Eduardo Fumes Parajo, presidente da Associação Brasileira de Provedores Internet (Abranet), e representantes do Facebook e do Bebo.

No dia 2 de setembro está agendada reunião com a participação do secretário especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo de Tarso Vannuchi. Também foram convidados Carmem Silveira de Oliveira, subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente; Laila Paiva, coordenadora do Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; e Ana Maria Drummond, representante do Instituto WCF-Brasil.

Ex-assessor do Senado falará sobre acusações

Ainda em setembro, a CPI ouvirá, no dia 11, o economista

José Carlos Jacob de Carvalho. Ex-assessor do Senado e do Banco Central, ele é acusado de divulgar imagens de pornografia infantil pela internet. No dia 16, serão ouvidos Amarildo Mullinare e Joster Alves, radialistas de Niquelândia (GO) que deverão falar sobre um caso de abuso sexual investigado naquela cidade.

No dia 25, falará à comissão Jorge Barbosa Pontes, chefe da Interpol; José Carlos Cosenzo, presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp); e Marfran Martins Vieira, presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União.

Por último, dia 6 de novembro, audiência com os psicólogos Vicente Faleiros, pesquisador da Universidade de Brasília (UnB), e Viviane dos Santos, coordenadora da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal.

Outras pessoas serão ouvidas em sete estados

A CPI da Pedofilia realizará, entre os dias 15 e 17 de agosto, em Vitória, reunião para ouvir cerca de dez menores vítimas de abuso sexual e tomar o depoimento de quatro acusados da prática do crime no estado do Espírito Santo.

Em Vitória, serão ouvidos Edson Fernandes de Miranda, Davino Afonso de Oliveira, Davi Martins Bicalho e Orlando Gil Meira, todos acusados de abuso sexual contra crianças.

A segunda reunião a ser realizada fora de Brasília neste semestre ocorrerá em Manaus e está programada para os dias 21 e 22. Em setembro, os senadores da CPI da Pedofilia realizam reuniões em São Luís, nos dias 4 e 5, e em João Pessoa, nos dias 18 e 19. Em outubro, nos dias 30 e 31, estão programadas tomadas de depoimentos em Belo Horizonte. Para novembro, estão agendados depoimentos em Natal, nos dias 13 e 14, e em Fortaleza, nos dias 27 e 28.

Magno Malta anuncia apoio à investigação

Magno Malta (PR-ES), presidente da CPI da Pedofilia, defendeu a ampliação das ações da comissão, visando a colaboração internacional para coibir a exploração sexual de crianças. O senador anunciou apoio à investigação do caso da menina Madeleine McCann, desaparecida em Portugal há pouco mais de um ano, e a entrega ao embaixador da Índia, Hardeep Singh Puri, de dados sobre pedofilia naquele país.

Magno Malta anunciou que colocará à disposição das polícias da Inglaterra e de Portugal os dados sigilosos sobre pedófilos que utilizavam o site de relacionamento Orkut, obtidos pela CPI junto ao Google. Conforme observou, o material poderá ajudar a encontrar Madeleine McCann, uma vez que as autoridades britânicas consideram que a menina pode ter sido seqüestrada por encomenda de uma rede de pedófilos.

CPI das ONGs tem novo presidente

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) foi eleito na última terça-feira, por unanimidade, para o cargo de presidente da CPI que investiga a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) no Brasil. A necessidade dessa eleição é decorrente da licença solicitada pelo ex-presidente da comissão, Raimundo Colombo (DEM-SC), para se dedicar às eleições municipais em seu estado. A vice-presidente, Lúcia Vânia (PSDB-GO), e o relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), continuam nos respectivos cargos.

Após a contagem dos votos, Heráclito agradeceu a confiança nele depositada e disse acreditar que as agendas da CPI e do Senado podem ser compatíveis com as eleições municipais.

– O objetivo é que a CPI das ONGs não frustre a nação brasileira. A população espera resultados positivos – disse.

PLENÁRIO



Globo terrestre gigante é iluminado no Estádio Ninho de Pássaro, durante abertura das Olimpíadas

Paim deseja sucesso a brasileiros em Pequim

O senador Paulo Paim (PT-RS) enalteceu, sexta-feira, as Olimpíadas de Pequim, na China. Os jogos, disse, representam não apenas o espírito da competição, mas a congregação de nações e de povos, dentro do maior espírito: o da paz.

– Mas seria muito bom que, neste momento de paz e de amizade, todos se unissem para que a questão que envolve a China e o Tibete tivesse uma solução.

José Nery quer espírito olímpico na diplomacia

Ao saudar a abertura das Olimpíadas de 2008, em Pequim, o líder do PSOL, José Nery (PA), destacou que o espírito olímpico deveria permear as relações internacionais.

– Esse espírito olímpico deveria acontecer nas relações comerciais e diplomáticas entre os países – disse o senador.

Ele previu que o evento será de grande pompa, “a exemplo da abertura dos jogos, que empolgou a todos”. Também fez votos para que os atletas brasileiros tenham sucesso durante as competições e conquistem muitas medalhas para o Brasil.

Paim estendeu os votos de sucesso aos atletas brasileiros que estarão na Paraolimpíada, que começa depois das Olimpíadas. O evento – que reúne atletas deficientes – deveria ser realizado no

mesmo período das Olimpíadas, sugeriu Paim.

Pedro Simon (PMDB-RS), em aparte, classificou de “fantástica” a abertura dos jogos. O parlamentar elogiou a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura e a visita que fez aos atletas brasileiros na vila olímpica.

Também em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a realização de uma olimpíada para os atletas mais velhos.

China pode quebrar hegemonia americana, avalia João Pedro

No momento em que eram abertos os Jogos Olímpicos de 2008, em Pequim, o senador João Pedro (PT-AM) ocupou a tribuna como primeiro orador da sexta-feira. Ele desejou boa sorte aos brasileiros e sugeriu iniciativas que podem ajudar a China a quebrar a hegemonia dos Estados Unidos no mundo e assim, avaliou, equilibrar melhor a política internacional.

– A China mostra, nos Jogos Olímpicos, avanços tecnológicos, uma arquitetura ousada, precisão nos jogos e no sistema de segurança, de vigilância.

João Pedro sugeriu que a China aponte soluções para as seguintes questões: a falta de liberdade de expressão no país, a poluição ambiental e a situação do Tibete, que não é reconhecido como nação independente.

Cristovam defende piso salarial para professores

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu na sexta-feira a necessidade de se garantir o piso salarial de R\$ 950 para os professores a partir de 2010.

O senador criticou a reação contrária ao piso que estaria surgindo em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Ele argumentou que, enquanto esses estados têm boa renda *per capita*, Pernambuco, mais pobre, estaria implantando o piso sem problemas.

Segundo Cristovam, existe preconceito contra a educação no Brasil, e há os que chegam a manipular números para declarar que o piso tem um custo que o país não pode pagar.

– Será possível que as pessoas não entendem que o Brasil somente dará o salto de qualidade para seu futuro por meio da educação e que, sem um professor minimamente remunerado, isso nunca acontecerá? – perguntou.

O senador disse ainda que, se a resistência não cessar, irá propor a realização de um Dia Nacional de Luta.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) concordou que é preciso remunerar melhor os professores no Brasil, tendo em vista o trabalho social de grande alcance desenvolvido por eles.

Simon celebra fronteiras criadas pelos gaúchos

“Diáspora gaúcha, a nova fronteira”, foi o tema de discurso de Pedro Simon (PMDB-RS). O senador falou sobre as novas fronteiras gaúchas, expandidas por migrantes do estado a partir de meados dos anos 70.

– Como é sabido, os agricultores do Rio Grande do Sul, ou catarinenses e paranaenses, por sua vez descendentes de gaúchos, foram os protagonistas da incorporação dos cerrados à produção agropecuária brasileira. A essa gente, eu mando a minha saudação. Entre os produtores rurais deste país, os

gaúchos ocupam um lugar de destaque porque estenderam a produção gaúcha por todo o nosso território – ressaltou Pedro Simon.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF), ex-governador do Distrito Federal, afirmou que a capital deve muito ao povo gaúcho.

Também os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Paulo Paim (PT-RS) elogiaram o pronunciamento do colega, lembrando que seus respectivos estados devem igualmente muito ao povo gaúcho.

DIA DOS PAIS - Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) homenageou o Dia dos Pais citando versos de músicas populares de sucesso. Ele afirmou que a família é instituição essencial na sociedade brasileira e que, como pai e avô, considera o seu próprio pai figura-chave na sua formação. Na presidência da sessão, Paulo Paim (PT-RS) observou que o discurso de Mozarildo poderia ser considerado uma homenagem de todo o Senado aos pais.

BOLÍVIA - José Nery (PSOL-PA) informou que três senadores e um deputado viajariam na sexta-feira à Bolívia para acompanhar, como observadores, o referendo revogatório que seria realizado no último domingo. Nery também criticou a decisão do Supremo Tribunal Federal que permite que candidatos condenados em primeira instância disputem eleições. Ele anunciou que vai sugerir que o Senado aprove projeto de Pedro Simon (PMDB-RS) que impede políticos com ficha suja de se candidatarem.

Homenagem a Josué de Castro, o geógrafo da fome

O geógrafo, médico e político pernambucano Josué de Castro, conhecido pela luta contra a fome, foi homenageado pelo Senado em sessão solene proposta por Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Segundo Jarbas, o geógrafo foi um profeta no combate à fome e à miséria, sempre tentando modificar a história do país para melhor. Cristovam Buarque disse que considera o homenageado uma das maiores personalidades que conheceu.

Marco Maciel (PE), pela liderança do DEM, ressaltou o reconhecimento internacional a Josué de Castro.

Pedro Simon (PMDB-RS) e José Nery (PSOL-PA) destacaram a cassação dos direitos políticos de Josué como um dos primeiros atos do regime militar.

Em nome do PMDB, Geovani Borges (AP) observou que o geógrafo ficaria muito satisfeito com a notícia de que a pirâmide social brasileira “começa a se inverter”. O senador se referia a pesquisas dando conta de que milhões de brasileiros ingressaram na classe média.

Marina Silva (AC), em nome do PT, recordou frase do ex-senador Darcy Ribeiro, para quem Josué de Castro foi “um intelectual brilhante”.

Como parte da homenagem



Cristovam Buarque, Teresa Sales, Patrus Ananias, Jarbas, Anna Maria de Castro e João Paulo

ao geógrafo, o Senado também promove, no Salão Branco, a exposição *Josué de Castro: por um mundo sem fome*, preparada e patrocinada pela Fundação Banco do Brasil. A mostra, que ficará aberta até 22 de agosto, compõem-se de fotos, depoi-

mentos e trechos de livros do geógrafo e de registros de sua trajetória contra a fome.

Em 5 de setembro de 2008 Josué de Castro completaria 100 anos. Ele compreendeu o fenômeno brasileiro da fome como poucos, notabilizando-se pelo

livro *Geografia da fome*, publicado em 1938. Nele, o geógrafo já observava que o fenômeno estava associado a causas socioeconômicas, mas que precisava ser tratado como questão política. Josué foi indicado duas vezes ao Prêmio Nobel.

Voz do Leitor

SEGURANÇA PÚBLICA

“Até quando a sociedade brasileira pagará o alto preço da diferença, na área de segurança pública, entre a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Polícia Federal? A segurança prevista na Constituição federal, infelizmente, não acontece no Brasil.”

Josenildo Tavares da Silva, do Recife (PE)

IMPOSTOS

“Estou indignado com tanta injustiça! A população é obrigada a pagar muitos impostos, pois a lei obriga. Mas ao mesmo tempo os órgãos criados para atender os cidadãos brasileiros são muito lentos. Sugiro que os parlamentares observem o descaso que existe, principalmente, quando chega o momento da aposentadoria.”

Luciano Mota de Oliveira, de Itumbiara (GO)

PASSE LIVRE

“Sugiro que as empresas de ônibus aceitem o passe livre federal de transporte de cidade para cidade dentro do mesmo estado.”

Cícero Galvão Ferreira Lopes, de Princesa (PB)

MEIO AMBIENTE

“Durante a operação de combate ao desmatamento na Amazônia, em Tailândia, no Pará, o confronto ocorrido entre policiais militares e moradores locais me fez perceber que, infelizmente, a sustentabilidade é um conceito ainda muito distante para um grande número de pessoas em nossa sociedade. Isso vem acarretando não só distorções na formação dos cidadãos, mas, principal-

mente, ações cada vez mais desrespeitosas em relação ao meio em que vivemos.”

Richardson Barbosa Gomes da Silva, de Botucatu (SP)

TRABALHADOR RURAL

“O trabalhador rural é a classe social que mais sofre com a lei trabalhista. Sugiro que o Congresso Nacional aprove um projeto de lei que dê a esse trabalhador o direito de se aposentar sem ter que passar pelo constrangimento de participar de uma audiência pública no juizado e ainda precisar de testemunha para provar que trabalhou.”

Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)

ÁLCOOL NO TRÂNSITO

“Por que, em vez de punir os vendedores de bebidas alcoólicas, não são punidos os motoristas que param para beber em bares e restaurantes nas rodovias? Os proprietários dos estabelecimentos à beira das estradas não vão atrás dos motoristas para venderem os seus produtos.”

José Zeferino Moreira dos Santos, de Governador Valadares (MG)

DINHEIRO PÚBLICO

“É usual a utilização de justificativas do tipo ‘verba oriunda da redução de gastos’ ou ‘recursos originários do aumento da arrecadação’, como se o contribuinte devesse ficar exultante quando alguns perdulários alienados justificam gastos para obras destinadas exclusivamente ao seu conforto em detrimento da comunidade.”

Lourival Custódio, de Blumenau (SC)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Foto da Semana

O homem encapuzado relatou à imprensa que Magno Malta (E) esteve sob ameaça de seqüestro.

Informante que já auxiliou a CPI do Narcotráfico, ele disse que a irmã do traficante Fernandinho Beira-Mar revelou plano para seqüestrar políticos, juizes e familiares. Essas ações desviariam a atenção da polícia e facilitariam a fuga da prisão, explicou Romeu Tuma (D)



LEOPOLDO SILVA

Pergunte ao senador

IMPOSTOS PARA COBRIR CPMF

Cícero Ramiro Pereira, de Blumenau (SC)

“Por que não aumentar as alíquotas de impostos sobre cigarros e bebidas alcoólicas para cobrir a CPMF, devido ao grande prejuízo que esses produtos trazem ao governo e à sociedade?”

O senador Tião Viana (PT-AC) responde:

Fui defensor intransigente dessa sua proposta, prezado Cícero, quando o Congresso Nacional discutiu a questão da substituição dos recursos que vinham da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), já que, se taxássemos a bebida e o cigarro, teríamos uma receita adicional de R\$ 1,5 bilhão para a área de saúde. Também sou autor de um projeto de lei nos moldes do que foi aprovado na Câmara dos Deputados nos Estados Unidos, que define regras duríssimas para o fumo. Entendo que a nicotina é uma droga poderosa, por isso deve ser combatida firmemente também no Brasil. Apresentarei essa proposta nos próximos dias e espero que ela seja aprovada com urgência. Concordo com você quanto à idéia de se criar alíquotas maiores também para as bebidas.



Agora é lei

Lei limita presença de chumbo e tintas

Nos próximos seis meses, os fabricantes de tintas de uso infantil, escolar ou imobiliário terão que se adequar para limitar a 0,06% a concentração de chumbo metálico no peso dos produtos para reduzir os riscos à saúde. A medida prevista na Lei 11.762, já em vigor, visa proteger em particular a saúde de crianças, que ficam expostas ao chumbo contido em tintas utilizadas em residências e em materiais protegidos com que a criança tenha contato.

A fabricação desses produtos e seus respectivos usos implicam riscos à saúde humana assim como para o meio ambiente. Por essa razão, o chumbo e seus compostos vêm sendo substituídos na produção de tintas devido à existência de várias alternativas com riscos menores. O percentual fixado já é adotado por outros países, como Austrália e Estados Unidos.

A lei exclui da obrigação de limitar o chumbo os materiais de revestimento usados em equipamentos agrícolas e industriais, tratamento anticorrosivo à base de pintura, sinalização de trânsito e de segurança, veículos, aviões, embarcações e vagões de transporte ferroviário, artes gráficas, eletrodomésticos e produção artística.

Crianças são mais vulneráveis à intoxicação por chumbo do que adultos. Uma criança que ingere uma grande quantidade de chumbo pode desenvolver anemia, cólicas abdominais, fraqueza muscular e danos cerebrais. Concentrações inferiores a 0,06%, que reduziram ainda mais esse risco, são difíceis de serem obtidas em processos industriais, devido à contaminação de chumbo existente em diversas matérias-primas utilizadas na produção de tintas. O projeto da Câmara dos Deputados foi relatado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado por Eduardo Suplicy (PT-SP). Em seu parecer favorável à proposta, o senador citou estudos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que mostram os malefícios causados pelo chumbo presente nas tintas.

De acordo com a nova legislação, o fabricante ou importador que deixar de atender o disposto na lei sofrerá sanções penais e cíveis como notificação, apreensão do produto e multa.

Frases

“Cabe ao Parlamento, por determinação da Constituição, legislar sobre a inelegibilidade de candidatos de vida pregressa marcada por improbidade”

Garibaldi Alves, lamentando que o Congresso não tenha se antecipado à decisão do STF de não barrar candidatos que respondem a processo criminal.

“Era impossível isso [candidatos com ‘ficha suja’ inelegíveis] não ser derrubado. A presunção da inocência é constitucional. Os parlamentares não deveriam perder tempo discutindo isso e sim buscar meios de agilizar o processo judicial”

Ideli Salvatti, sobre a decisão do STF.

“Isso não vai intimidar a CPI. Nós vamos continuar, não vamos nos calar. Pelo contrário, nós vamos fundo. A causa é justa”

Magno Malta, que preside a CPI da Pedofilia, sobre ameaças de seqüestro feitas contra ele supostamente pelo traficante Fernandinho Beira-Mar.

“Essa postura reabre feridas, nada constrói e só desunião pode criar. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deveria deixar claro que essa proposta tem caráter estritamente pessoal e não reflete a opinião do governo”

Francisco Dornelles, em crítica ao ministro da Justiça, Tarso Genro, que sugeriu punições aos militares que torturaram presos políticos.

“Qualquer interesse de purgar as práticas políticas do Brasil passa pela assepsia das atividades do banqueiro Daniel Dantas no âmbito dos governos”

Demostenes Torres, pedindo que o Senado apure as denúncias de corrupção contra o banqueiro investigado na Operação Satiagraha.

“Vivemos uma guerra civil que, a cada ano, fica mais cruel e sem controle. Apesar disso, parece que estamos nos acostumando (...). Nada mais parece chocar”

Adelmir Santana, clamando por ampla mobilização contra a violência.

NATALIA BEZERRA/EXPANSÃO CULTURAL



Entrevista com Dona Ivone Lara

O Escala Brasileira transmite nesta quinta-feira, às 23h, entrevista da sambista Dona Ivone Lara. Filha de família pobre, ela passou a infância em um internato e estudou música com Lucila Guimarães, primeira esposa de Villa-Lobos. Chegou a cantar sob a regência do maestro. Mais tarde aprendeu a tocar cavaquinho e nos anos 1940 mudou-se para a Mangueira, onde conheceu sambistas e frequentou rodas de samba.

No final da década juntou-se à escola de samba Império Serrano, para a qual compôs sambas-enredo como *Não me perguntes*, com Fuleiro, e *Os cinco bailes da corte* ou *Os cinco bailes da história do Rio*, com Silas de

Oliveira e Bacalhau.

Dona Ivone Lara conta na Rádio Senado que, ainda em 1978, seu maior sucesso, *Sonho meu*, em parceria com Délcio Carvalho, foi gravado por Gal Costa e Maria Bethânia. A música acabou premiada como a melhor do ano. Em 1979, quando se aposentou do ofício de enfermeira, recebeu convite para gravar seu primeiro LP pela Odeon, *Samba, minha verdade, minha raiz*. No ano seguinte, gravou *Sorriso de criança*.

Em 1985, gravou na Som Livre o LP *Ivone Lara com Se o caminho é meu*. Além dos LPs, gravou dois CDs: *Bodas de Ouro e Nasci pra Sonhar e Cantar*, de 2001. O repertório de Dona Ivone Lara é composto principalmente por sambas românticos, dolentes ou de inspiração em suas raízes africanas.

Vários intérpretes tiveram êxito com composições da sambista: Clara Nunes e Roberto Ribeiro, com *Alvorecer*; Maria Bethânia, Caetano Veloso e Gilberto Gil, com *Alguém me avisou*; Paulinho da Viola, com *Mas quem disse que eu te esqueço*, e Beth Carvalho, com *Força da*

Composições da sambista foram sucesso na interpretação de vários cantores

Brasil Regional traz cantos populares com grupo Kangoma

O grupo Kangoma, atração que a Rádio Senado leva ao ar nesta segunda-feira, às 23h, no programa *Brasil Regional*, pesquisa e compõe arranjos para cantos populares.

O trabalho não se restringe a cantos brasileiros, embora esta seja a sua primeira fonte, dada a riqueza e diversidade musical do país. Cantos africanos e asiáticos também fazem parte do repertório, por meio dos quais o grupo

musical pretende, acima de tudo, transmitir a harmonia da música.

Na programação do *Brasil Regional*, entre outros cantos, o ouvinte poderá apreciar *Ladrão de bicicleta*, com A Camarilha; *El oued*, com Eduardo Neves; *Pé-de-calçada*, com Mestre Ambrósio; *O trem*, com Kangoma; *Três toques na madeira*, com Almir Sater; e *Tanta mulher boa*, com Cia. Folclórica do Rio.

China é tema do Senado Repórter em agosto

Em razão das Olimpíadas de Pequim, o programa *Senado Repórter* vai apresentar este mês histórias e curiosidades da cultura chinesa, além de entrevistas e reportagens sobre a economia daquele país e seu relacionamento com o Brasil. Nesta quinta-feira, às 9h, vai ao ar pela Rádio Senado a reportagem especial "China Revista".

Rádio Senado debate inviolabilidade dos escritórios de advocacia

O presidente da República em exercício, José Alencar, vetou parcialmente o projeto aprovado pelo Congresso que ampliava a inviolabilidade dos escritórios de advocacia, protegendo-os de ações de busca e apreensão por parte da polícia.

Representantes dos juízes e procuradores pressionavam por esse veto, argumentando que a proposta dará imunidade absoluta

para os advogados e aumentará ainda mais a impunidade no Brasil. Já a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) diz que a medida não impede a punição dos criminosos e é importante para garantir o direito de defesa e proteger os cidadãos de abusos por parte do Estado.

A polêmica é tema do *Conexão Senado* desta segunda-feira, às 12h, na Rádio Senado.

Parlamentares e especialistas falam sobre a polêmica no Conexão Senado



SÁBADO

- 1h - Cidadania Debate
- 2h - Leituras
- 2h30 - Diplomacia
- 3h30 - Cidadania Entrevista
- 4h - Alô Senado
- 4h15 - Ecosenado
- 4h30 - De coração
- 5h - Conversa de Música
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - Alô Senado (reprise)
- 7h15 - Ecosenado (reprise)
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - De coração (reprise)
- 8h30 - TV Brasil Internacional
- Hecho a Mano
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Parlamento Brasil
- 11h30 - Diplomacia

- 12h30 - Cidadania Entrevista
- 13h - Alô Senado
- 13h15 - Ecosenado (reprise)
- 13h30 - Cidadania Debate
- 14h30 - Conversa de Música
- 15h30 - Mesa Brasileira
- 16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
- 17h40 - Cidadania Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
- 19h - Cidadania Debate
- 19h45 - Alô Senado
- 20h - Leituras
- 20h30 - Ecosenado (reprise)
- 21h - Parlamento Brasil
- 21h30 - Especial (reprise)
- 22h40 - Diplomacia
- 23h30 - De coração (reprise)
- 24h - Espaço Cultural

DOMINGO

- 1h - Cidadania Debate
- 2h - Alô Senado
- 2h15 - Ecosenado (reprise)
- 2h30 - Diplomacia
- 3h30 - Cidadania Entrevista
- 4h - Leituras
- 4h30 - De coração (reprise)
- 5h - Conversa de Música
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - TV Brasil Internacional (reprise)
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - Leituras
- 8h30 - De coração (reprise)
- 9h - Diplomacia
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
- 11h - Alô Senado
- 11h15 - Ecosenado (reprise)
- 11h30 - Especial

- 12h30 - Cidadania Entrevista
- 13h - Parlamento Brasil
- 13h30 - Cidadania Debate
- 14h30 - Espaço Cultural (reprise)
- 16h - Mesa Brasileira (reprise)
- 17h - Diplomacia
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
- 19h - Cidadania Debate
- 19h45 - Conversa de Música
- 20h30 - Leituras
- 21h - Mesa Brasileira (reprise)
- 22h - Especial (reprise)
- 23h10 - Parlamento Brasil
- 23h40 - De coração (reprise)
- 24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

- 6h - Matinas
- 7h - Música e informação
- 9h - Prosa e Verso
- 9h30 - Música e informação
- 10h - Reportagem Especial
- 10h30 - Música e informação
- 12h - Senado Resumo
- 12h30 - Música e informação
- 14h - Cine Musical
- 14h15 - Música e informação
- 15h - Autores e Livros
- 15h20 - Música e informação
- 18h - Improviso Jazz
- 19h - Música e informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e informação

- 22h - Cine Musical
- 22h15 - Música e informação
- DOMINGO**
- 6h - Matinas
- 7h - Música e informação
- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros (reprise)
- 9h20 - Música e informação
- 10h - Cine Musical
- 10h15 - Música e informação
- 16h - Prosa e Verso (reprise)
- 16h30 - Música e Informação
- 17h - Reportagem Especial
- 17h30 - Música e informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam

ser transmitidas ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Video Cabo
 TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)
 UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).
 ANTENA PARABÓLICA
 Sistema analógico: Satélite - B1
 Transponder - 11 A2
 Polarização: Horizontal
 Freqüência - 4.130 MHz
 Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical
 Freqüência - 3.644,4 MHz
 Freqüência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
 Antena - 3,6 m
 PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio
 Digital NTSC MPEG-2 DVB
 Symbol Rate - 3,2143Ms/s
 FEC - 3/4

Como sintonizar

FM
 Freqüência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
 Freqüência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
 Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na freqüência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

SENADO

Nova licitação para contratos no Senado

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, anunciou na última quinta-feira que a Casa realizará em até 60 dias nova licitação para substituir os contratos com as empresas Conservo, Ipanema e Brasília Informática, sobre os quais pairam suspeitas de fraude ainda em apuração pela 10ª Vara da Justiça Federal.

Garibaldi esclareceu que, até que se publique novo edital, os servidores contratados por essas empresas continuarão trabalhando normalmente no Senado. Ele informou que designou seu chefe de gabinete, Florian Madruga, para presidir essa licitação, a fim de eliminar quaisquer suspeitas sobre os contratos.

O 1º secretário do Senado, Efraim Moraes (DEM-PB), enviou ofício ao diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, em que pede a divulgação de informações a seu respeito que possam existir em decorrência



Garibaldi Alves determinou que a licitação aconteça em até 60 dias. Por enquanto, os contratados continuam

da Operação Mão-de-Obra, que investigou supostas fraudes em licitações para terceirização de pessoal no Senado e em outros órgãos públicos. Os contratos foram autorizados pelo senador por solicitação da Comissão de Licitações da Casa.

A Advocacia do Senado divulgou nota oficial em resposta às denúncias de irregularidades nos contratos, publicadas pelo jornal *Correio Braziliense*.

Segundo o advogado-geral, Alberto Cascais, a administração da Casa “não admite nem se coaduna com qualquer tipo de ato tendente a frustrar o caráter competitivo das licitações”.

Pedro Simon (PMDB-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Cristovam Buarque (PDT-DF) pediram transparência na apuração das denúncias.

O líder do PSOL, senador José Nery (PA), encaminhou ofício ao presidente do Senado solicitando estudo sobre a terceirização de serviços da Casa. Ele defende a contratação pelo Senado de funcionários concursados para substituir os terceirizados, pelos quais as empresas contratadas chegam a cobrar R\$ 16 mil, um valor “inaceitável” na opinião de Nery.

Muita música e literatura no Ano Cultural Artur da Távola

A partir deste mês, o Senado realizará diversas atividades culturais – shows, exposições, lançamentos de livros, exibição de filmes e debates, entre outros – como parte do Ano Cultural Artur da Távola. Organizados por senadores e servidores, os eventos ocorrerão em Brasília, que, em 2008, é a Capital Americana da Cultura, título conferido pela Organização Capital Americana de la Cultura.

Além dos 50 anos da Bossa Nova, serão homenageados escritores como Graciliano Ramos, Machado de Assis, Guimarães Rosa e Câmara Cascudo. A programação do Ano Cultural Artur da Távola começou na última segunda-feira (4), com show do músico Tico da Costa. De amanhã a quinta-feira, apresentam-se os cantores Ângela Brandão, Toninho de Paula e Vanessa Pinheiro, todos servidores da Casa.

Unilegis promove palestra sobre imagem e ética na era digital

A Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) promove no dia 2 de setembro palestra dos jornalistas Mário Rosa e Antônio Carlos Burity sobre “Imagem e ética na era digital”. O evento integra o Ciclo de Conferências Unilegis.

De acordo com a universidade, o objetivo é discutir o gerenciamento de crises provocadas pela intensa circulação de informações que caracteriza a era digital, como a perda de credibilidade de

peças e instituições perante a opinião pública.

Mário Rosa presta consultoria de imagem, atua na recuperação de reputações abaladas por escândalos e é diretor da empresa MR Consultoria.

O jornalista também foi editor da revista *Veja*, recebeu duas vezes o Prêmio Esso de Jornalismo e ainda é autor dos livros *A era do escândalo* e *A síndrome de Aquiles – Como lidar com as crises de imagem*.

Livros em braile para deficientes visuais de Mossoró

O estande do Senado expôs cinco novas obras na 3ª Feira do Livro de Mossoró (Rio Grande do Norte): *Caminhos do açúcar, Engenhos e casas-grandes das Alagoas* (Douglas Tenório e Cármen Lúcia Dantas), *Três ensaios de história colonial* (Corcino dos Santos), *Viagem pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, São Lourenço, Cuiabá e Arinos* (Bartolomé Bossi), *Recordações de guerra e de viagem* (Visconde de Taunay) e *30 anos na Paraíba, Memórias corográficas e outras memórias* (Leon Clerot). O estande ainda ofereceu ao Centro de Apoio ao Deficiente Visual e à Associação dos Deficientes Visuais de Mossoró as Constituições brasileira e estadual, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Defesa do Consumidor e a Lei de Doação de Órgãos, em braile.

Presidência

Garibaldi: cabe ao Parlamento legislar sobre “fichas sujas”

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que cabe ao Parlamento, por determinação da Constituição, legislar sobre a inelegibilidade de candidatos de vida pregressa marcada por improbidade – os chamados candidatos de ficha suja. Ele disse que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que impediu os tribunais regionais eleitorais (TRES) de barrar as candidaturas de quem responde a processo criminal, podia ter sido dispensada se o Legislativo tivesse agido antecipadamente.

Indagado se um projeto que impedisse essas candidaturas

seria facilmente aprovado no Congresso, visto que existem parlamentares processados, Garibaldi respondeu que, com certeza, esse seria um processo muito mais democrático de decisão. Ele se referiu à proposta de emenda à Constituição com que o senador Demostenes Torres (DEM-GO) tentou regulamentar esse assunto.

– Acho que isso poderia passar, não é fácil. É possível que, com essa decisão do STF, nós possamos ter uma dificuldade, porque de qualquer maneira se dirá que o próprio Judiciário resolveu não decidir sobre isso – disse.

Ministro da Pesca busca apoio no Congresso para a criação da pasta

O ministro Altemir Gregolin, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, que acaba de ser transformada em ministério por medida provisória (MP 437/08) enviada pelo governo ao Congresso, foi recebido pelo presidente do Senado semana passada. Em entrevista à saída da audiência, o ministro disse que está conversando com as lideranças e os presidentes das duas Casas do Legislativo a respeito dessa iniciativa, e que Garibaldi prometeu empenho na aprovação da MP.

– O ministério foi criado porque há a necessidade de impulsionar rapidamente a produção de pescados no Brasil. Daí por que se justifica essa medida



FOTOS: JANE ARAUJO

Altemir Gregolin afirmou que o presidente do Senado garantiu empenho na aprovação da MP

provisória. Criado o ministério, vamos realizar concurso público e vamos aumentar a estrutura para a produção de pescados no país. Nós conversamos com o presidente do Senado e ele entende a importância de dotar esse setor de uma estrutura mais sólida, mais consolidada.

Vereadora Aspásia alerta para crise pré-eleitoral no Rio de Janeiro

A historiadora e vereadora Aspásia Camargo (PV-RJ) reuniu-se com Garibaldi Alves para discutir a situação em que se encontra o Rio de Janeiro, às vésperas das eleições municipais. Aspásia disse a Garibaldi que sua cidade está completamente sitiada, ocupada pelo crime organizado e enfrentando problemas federativos gravíssimos.

– A situação é grave porque o crime organizado tomou o poder na cidade do Rio de Janeiro. Agora, ele não apenas coopta os candidatos que aparecem ou que estão em oferta no mercado político. Agora, eles criam seus

próprios candidatos, escolhem e exigem que suas comunidades votem nesses candidatos. Isso trouxe um panorama completamente novo. Eles controlam o título de eleitor de cada cidadão que mora na comunidade e controlam a zona eleitoral.

Na opinião da parlamentar, isso fará com que a população seja cobrada de maneira extremamente violenta depois do processo eleitoral. Daí por que a historiadora entende que não adianta limitar essa discussão à atuação ou não de tropas federais no Rio de Janeiro no dia da eleição.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papatéo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos, Thâmara Brasil e Valter Gonçalves Júnior
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula

Pimenta e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br/jornal

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Viaje em segurança para outros países

Para viajar ao exterior sem problemas é preciso planejamento. Relatos de brasileiros barrados em outros países assustam, mas também servem de alerta para que os candidatos a deixar o Brasil - em férias, para estudo ou trabalho - tomem os cuidados necessários.

Autorização de viagem

Para os menores de idade que irão viajar desacompanhados de um ou de ambos os pais, é preciso autorização de viagem com firma do(s) genitor (es) ausente(s) reconhecida em cartório. A autorização tem prazo de validade de seis meses.

Visto

De acordo com a cartilha *Brasileiros e brasileiras no exterior*, publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, existem vários tipos de visto para quem viaja ao exterior: visto para turista, visto para estudante, visto para trabalho, residência temporária, residência permanente, dentre outros. Cada país tem diferentes tipos de visto e regras próprias. É preciso saber que embaixadas e consulados não são obrigados a conceder os vistos solicitados e a recusa do visto não necessita ser justificada.

Segundo o ministério, a concessão de um visto não garante a entrada no país, que será decidida pela autoridade migratória nos aeroportos e postos de fronteira.

A cartilha alerta também para o fato de alguns países não exigirem visto para turistas brasileiros, o que não significa permissão legal para estudar ou trabalhar no exterior. Um emprego legal no exterior exige a autorização do governo do país onde se quer trabalhar. Na maior parte dos casos, essa autorização deve ser obtida na embaixada ou nos consulados desse país no Brasil. A lista pode ser consultada na página do Ministério das Relações Exteriores na internet dedicada a apoio a brasileiros no exterior.

No caso de estudantes matriculados em instituições de ensino do país estrangeiro, é preciso apresentar o comprovante de matrícula e visto concedido por um consulado daquela nação no Brasil.

Vacinas

Para ir à Austrália, Angola, China, Egito, Líbano, Uruguai, Índia, Tailândia, Vietnã, Indonésia e África do Sul é preciso tomar a vacina contra febre amarela no mínimo dez dias antes do embarque. Para Peru, Venezuela e Colômbia não é obrigatório tomar essa vacina, mas como esses são países considerados áreas de risco e o Brasil exige a vacina, é preciso tomá-la para retornar ao país.

Seguro saúde

Quem viaja para Argentina, Cabo Verde, Chile, Espanha, Grécia, Itália, Luxemburgo, Portugal e Uruguai tem acesso garantido aos serviços de saúde desses países se estiver com o Certificado de Direito a Assistência Médica expedido pelo governo brasileiro. Alguns países da Europa exigem seguro saúde com cobertura de 30 mil euros. É possível ainda fazer seguros com coberturas médica, odontológica, jurídica, para extravio de bagagem e seguro de vida.

Restrições para soropositivos

Alguns países proíbem a entrada de portadores do vírus da Aids em seus territórios. De acordo com a Base de Dados Global de Restrições de Viagem, que utiliza dados da Sociedade Internacional da Aids (IAS, na sigla em inglês), os países com essa restrição seriam Brunei, China, Omã, Catar, Coreia do Sul, Sudão, Emirados Árabes Unidos e Iêmen. Outros 62 países não autorizam vistos de residentes para soropositivos.

Viajando com animais

Para levar seu animal de estimação é exigido o certificado zoossanitário internacional, emitido gratuitamente pelos postos do Ministério da Agricultura ou no próprio aeroporto. É preciso também apresentar atestado de saúde, fornecido pelo veterinário no máximo três dias antes da emissão do certificado, e comprovante de vacinação anti-rábica, para animais com idade acima de quatro meses, com o nome do laboratório produtor e número de partida da vacina - aplicada num período mínimo de 30 dias e máximo de um ano.

Compras

As compras feitas até US\$ 500 nas lojas *duty free* estão isentas de impostos, mas há limites para os itens adquiridos. O limite de US\$ 500 é válido também para as compras feitas no exterior, mas a regra só vale para viagens aéreas. Para outros meios de transporte, o limite é de US\$ 150. Acima desse valor, equipamentos adquiridos em outros países devem ser declarados na Delegacia da Receita Federal do aeroporto no momento do retorno ao Brasil.

Saiba mais

Departamento de Polícia Federal
SAS, quadra 6, lote 9/10
Brasília (DF) - CEP 70037-900
(61) 3311-8000

Para passaporte e modelo de autorizações de viagem, www.dpf.gov.br

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios - bloco H, anexo I
Brasília (DF) - CEP 70170-900 - (61) 3411-8804
Para consulados e embaixadas, www.abe.mre.gov.br

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
SEPN 515, bloco B, edifício Ômega
Brasília (DF) - CEP 70770-502
(61) 3448-1000
Para obter o Certificado de Direito a Assistência Médica:
<http://sna.saude.gov.br/cdam>

Carteira de motorista

Para quem pretende dirigir no exterior, uma boa dica é estudar a legislação de trânsito do país a ser visitado. É recomendável obter a Permissão Internacional para Dirigir (PID), emitida no setor de habilitação para estrangeiro dos Departamentos Estaduais de Trânsito (Detrans) de todo o Brasil com a apresentação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). A PID, que pode ser obtida por um preço médio de R\$ 150, traz informações em oito línguas.

Mas com a própria CNH é possível dirigir nos 130 países que formam a Convenção Internacional de Tráfego Rodoviário de Viena e o Princípio de Reciprocidade entre países.

Dinheiro e cartões de crédito

Para gastos no exterior, o viajante pode optar por levar alguma quantia da moeda local em espécie, que pode ser comprada em casas de câmbio antes da viagem. Alguns hotéis oferecem cofres nos quartos para que os hóspedes não precisem andar pela cidade com dinheiro. Por isso mesmo, outra opção segura são os *traveller checks*, que garantem reembolso em caso de perda ou roubo, bastando guardar o comprovante de compra. Os cartões de crédito internacionais também representam uma ótima opção para quem deseja fazer compras, alugar carros e pagar hospedagem no exterior, apesar das taxas cobradas pelas administradoras. E com eles é possível também fazer saques na moeda local em caixas automáticas das respectivas bandeiras, pagando-se, claro, uma taxa de saque. Mas não se esqueça de desbloquear o cartão para uso no exterior antes da viagem.

Transportar objetos eletrônicos

Para levar câmera fotográfica, filmadora, *notebook* e celular é recomendável fazer o registro na Delegacia da Receita Federal do aeroporto. Para isso, esteja com a nota fiscal do produto em mãos. Nos últimos meses, em aeroportos dos Estados Unidos, os passageiros estão sendo submetidos a revistas em qualquer aparelho que armazene dados (como *notebook*, celular, *iphone*) em busca de informações suspeitas. Os dados contidos nos equipamentos podem ser inclusive copiados pelas autoridades americanas.

Passaporte

O documento oficial do viajante fora do país é o passaporte, que deve ser solicitado em uma unidade ou em um posto de atendimento da Polícia Federal indicado no *site* da instituição. Alguns documentos básicos para requerê-lo são o de identidade, o cadastro de pessoa física junto à Receita Federal (CPF), o título de eleitor com comprovante de votação nas últimas eleições e, para os homens, comprovante de quitação das obrigações militares. O requerente, que deve ser brasileiro nato ou naturalizado, deverá também pagar uma taxa por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU).

Passaportes para menores de idade devem ser solicitados com autorização de ambos os pais ou do responsável legal. Na ausência de um dos pais, é preciso apresentar formulário próprio com a assinatura do genitor ausente reconhecida em cartório. Se pai e mãe estiverem ausentes, o passaporte para a criança poderá ser requerido com a apresentação de uma procuração pública outorgada por ambos os pais a pessoa maior. Em caso de óbito de um dos pais, deverá ser apresentada a certidão de óbito original.

Passaportes cuja validade expira em seis meses não são aceitos em alguns países.

Hospedagem

As acomodações podem ser hotéis, *bed and breakfast* (hotéis pequenos que oferecem diárias mais baratas), albergues da juventude, alojamento de estudantes, acomodação em casa de família (*homestay*) e alojamento dentro de universidades. Na internet há páginas em que a reserva de hotéis pode ser feita *on-line*, com pagamento em cartão de crédito. É preciso estar atento aos horários de entrada (*check in*) dos hotéis, que costumam ser às 14h ou às 16h, e aos de saída (*check out*), geralmente às 12h.

Remédios

O melhor é levar os remédios que você vai consumir e, se forem controlados, com receita médica (em inglês ou com o nome genérico do medicamento). Comprar remédios no exterior requer receita de um médico local na maioria dos casos.